

Elizabeth da Silva Pires Delgado Afonso

**A política de vistos e a sua influência no desenvolvimento do
Turismo externo em Angola**

Orientador: Professora Doutora Ana Cristina Freitas Brasão

Universidade Lusófona-Centro Universitário de Lisboa
Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa
2023

Elizabeth da Silva Pires Delgado Afonso

A política de vistos e a sua influência no desenvolvimento do Turismo externo em Angola

Dissertação defendida em provas públicas para obtenção do grau de mestre no curso de mestrado em Economia, conferido pela Universidade Lusófona - Centro Universitário de Lisboa no dia 21/06/2023, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação n.º: 264/2023, de 12 de maio de 2023, com a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor António Augusto Teixeira da Costa

Arguente: Prof. Doutor Miguel Nuno Vieira de Carvalho Abreu Varela

Orientadora: Prof.^a Doutora Ana Cristina Freitas Brasão

Universidade Lusófona-Centro Universitário de Lisboa
Escola de Ciências Económicas e das Organizações

Lisboa
2023

À memória dos meus queridos Pais
Cipriano de Jesus Pires Delgado e Suzana Clementina Delgado

Agradecimentos

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus pela força para superar os obstáculos, e por iluminar o meu caminho no sentido da sabedoria e evolução como ser humano.

Quero deixar uma palavra de agradecimento à Professora Doutora Ana Cristina Freitas Brasão por ter acreditado em mim e pela liberdade de ação que me permitiu, que foi essencial para o meu desenvolvimento pessoal.

Quero agradecer ao Professor Doutor Eduardo Moraes Sarmento, pelos seus ensinamentos e recomendações que foram essenciais para o desenvolvimento desta dissertação.

Igualmente, quero agradecer, ao Dr. Eugénio Clemente Kango, à Dra. Geovânia Carmelino de Souza, e ao Dr. Domingos Pedro Manuel, que por gentileza cederam uma parte do seu precioso tempo para partilhar a sua experiência sobre o turismo em Angola e responder à entrevista.

Ao Professor Doutor Bumba Castro, pela sua colaboração e contributo na disponibilização de artigos para a fundamentação teórica.

Agradeço também a todos os que aceitaram participar no estudo e responder ao inquérito por questionário.

Agradeço ao grupo “O sal da terra” e a todos os irmãos da igreja adventista do 7º dia de Almada (Portugal), pelo apoio num momento muito difícil da minha vida.

Agradeço a Henrique Lopes e Lísia Lopes, meus Pais do coração, pela atenção, cuidado e preocupação incondicional durante a fase da minha formação.

Aos meus amigos que sempre estiveram próximos mesmo distantes e aos colegas que me acompanharam neste período.

Os meus agradecimentos dirigem-se igualmente a minha família pelo apoio, incentivo e colaboração.

Ao meu amado esposo e melhor amigo pelo seu suporte em todos os momentos e por nunca me ter deixado desistir desta viagem árdua.

Agradeço também às minhas três princesas. Sou muito abençoada por ter sido o veículo pelo qual vieram ao mundo e serem o motivo da minha alegria, por estarem sempre ao meu lado e disponíveis para me ajudar durante o meu percurso académico.

A todos sou muito grata e peço a Deus que vos abençoe.

Resumo

Tendo como premissa que o número de turistas em Angola tem ficado muito aquém das expectativas e projeções do Plano Diretor do Turismo de Angola, o presente estudo tem como objetivo geral conhecer e analisar os procedimentos de atribuição de vistos para Turismo externo em Angola, e aferir se a política de atribuição de vistos representa um constrangimento para o desenvolvimento do Turismo externo em Angola. Em termos de metodologia optou-se por um estudo de cariz misto, com uma abordagem quantitativa suportada em inquérito por questionário e uma abordagem qualitativa alicerçada em entrevistas semiestruturadas. Foram recolhidos e validados 93 questionários e realizadas 3 entrevistas presenciais.

Os objetivos do estudo foram cumpridos e conclui-se que a política de vistos atua como um constrangimento a um maior desenvolvimento do turismo externo. As isenções atribuídas por razões diplomáticas até ao momento não favorecem o desenvolvimento do turismo sendo o número de entradas de nacionais desses países muito reduzido. Para os dois principais países parceiros de Angola, Portugal e China, o processo de atribuição de visto de turismo é burocrático, lento dispendioso e por inerência restritiva.

Angola necessita de implementar medidas que visem garantir um fluxo eficaz de turistas, salvaguardando a segurança das fronteiras e o combate à migração ilegal, o que é possível com a incorporação de sistemas de gestão suportados em tecnologia digital e inteligente pelo menos nos aeroportos. Uma política de vistos restritiva e cega, não é a solução.

Palavras-Chave: Angola; Crescimento e desenvolvimento; Política de Vistos; Turismo, Vistos de Turismo

Abstract

On the premise that the number of tourists in Angola has fallen far short of the expectations and projections of the Angolan Tourism Master Plan, the overall objective of this study is to understand and analyse the procedures for granting visas for foreign tourism in Angola, and to assess whether the visa policy represents a constraint to the development of foreign tourism in Angola. In terms of methodology, a mixed study was chosen, with a quantitative approach supported by a questionnaire survey and a qualitative approach based on semi-structured interviews. Ninety-three questionnaires were collected and validated, and three face-to-face interviews were carried out.

The objectives of the study were fulfilled, and it was concluded that the visa policy acts as a constraint to the further development of foreign tourism. The exemptions granted for diplomatic reasons do not favour the development of tourism up to now and the number of entries of nationals from these countries is very small. For Angola's two main partner countries, Portugal and China, the tourist visa process is bureaucratic, slow, expensive and inherently restrictive.

Angola needs to implement measures to guarantee an efficient flow of tourists, safeguarding border security and combating illegal migration, which is possible with the incorporation of management systems supported by digital and intelligent technology, at least at airports. A restrictive and blind visa policy is not the solution.

Keywords: Angola; Growth and development; Visa policy; Tourism, Tourism visas

Abreviaturas

CAN - Campeonato Africano das Nações

CEIC - Centro de Estudos e Investigação Científica

CES - Centro de Estudos Sociais

FMI - Fundo Monetário Internacional

INFOTUR - Instituto Nacional de Fomento do Turismo

IUCN - International Union for Conservation of Nature

IUOTO - International Union of Official Travel Organisations

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONU - Organização das Nações Unidas

PDN - Plano de Desenvolvimento Nacional

PDTA - Plano Diretor do Turismo de Angola

PIP - Programa de Investimentos Públicos

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRODESI - Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações

RJCE - Regime Jurídico dos Cidadãos Estrangeiros na República de Angola

SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral

UE - União Europeia

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNEP - United Nations Environment Programme

WCED - World Commission on Environment and Development

WTO - World Tourism Organization

WWF - World Wide Fund for Nature

Índice Geral

Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract.....	vi
Abreviaturas.....	vii
Índice de Quadros	x
Índice de Figuras	xi
Índice de Gráficos.....	xii
Introdução	1
Capítulo 1 – Enquadramento Conceptual	3
1.1 O conceito de Turismo	3
1.2 Do Desenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável.....	4
2.3 O Turismo como meio de desenvolvimento e a sustentabilidade	8
Capítulo 2 – A Economia Angolana e o Turismo	12
2.1 Enquadramento.....	12
2.2 Números e desafios sobre o Turismo externo	16
2.3 O Turismo em Angola e a Política de Vistos	24
Capítulo 3 – Metodologia	28
3.1 Natureza e características do estudo	28
3.2 Instrumentos de recolha de informação	29
3.3 População Alvo e Amostra	31
Capítulo 4 – Análise, interpretação e discussão de resultados	32
4.1 Dados quantitativos do inquérito por questionário.....	32
4.2 Dados qualitativos obtidos pelas entrevistas	40

4.3 Discussão dos dados quantitativos e qualitativos obtidos	43
Conclusões.....	44
Bibliografia.....	47
Anexos	55
Apêndices	61

Índice de Quadros

Quadro 1 - Chegadas de Turistas em Angola por país de residência (2018).....	18
Quadro 2 - Número de chegadas de Turistas e receitas, respectiva % do PIB e gastos per capita	19
Quadro 3 - Guião de Entrevista	30
Quadro 4 - Variáveis sociodemográficas.....	32
Quadro 5 - Entidade em que inquiridos desenvolvem maioritariamente actividade profissional .	33
Quadro 6 - Contributo Plano Director do Turismo de Angola no desenvolvimento do Turismo .	33
Quadro 7 – Medidas de apoio do governo para o desenvolvimento do Turismo em Angola	34
Quadro 8 – Factores com capacidade para impulsionar o desenvolvimento do turismo externo em Angola	34
Quadro 9 – A Política de Vistos em vigor representa um incentivo para a deslocação para outros destinos em detrimento de Angola?.....	35
Quadro 10 - No contexto da Política de Vistos de Turismo, quais considera serem os maiores entraves à dinamização do Turismo externo?.....	36
Quadro 11 – Grau de concordância com a isenção de Vistos de Turismo por país	37
Quadro 12 – Grau de concordância com a Política de Vistos de Turismo	38
Quadro 13 - Países que deveriam estar isentos de Visto de Turismo.....	38
Quadro 14 – Associação da facilitação de Vistos Turismo com o fomento da migração ilegal ...	39
Quadro 15 - Associação da facilitação de Vistos de Turismo e o desenvolvimento do turismo externo	39

Índice de Figuras

Figura 1 - Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.....	8
Figura 2 - Número de estabelecimentos Hoteleiros e similares de 2006 a 2020.....	14
Figura 3 – Total de Chegadas a Angola entre 1995 e 2021.....	16
Figura 4 - Chegadas Angola por região de origem de residência dos Turistas entre 1995 a 2021	17
Figura 5 – Meio de transporte para chegadas a Angola dos Turistas entre 1995 a 2021	18
Figura 6 - Chegadas a Angola por motivo de viagem 1995 a 2021	20
Figura 7 - Contribuição directa do sector do turismo para o PIB em % em 2017.....	21
Figura 8 - Principais operadores Africanos a operar em Angola	22
Figura 9 - Elementos chave da ambição de Angola para 2050	24
Figura 10 - Top 15 em número de chegadas a Angola e os requisitos de visto	27

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Factores com capacidade para impulsionar o desenvolvimento do turismo externo em Angola	35
Gráfico 2 - No contexto da Política de Vistos de Turismo, quais considera serem os maiores entraves à dinamização do Turismo externo?.....	36
Gráfico 3 - Grau de concordância com a isenção de Vistos de Turismo por país.....	37

Introdução

Ao longo dos tempos o turismo foi acompanhando a evolução das sociedades e, na atualidade, é frequentemente considerado como um motor de desenvolvimento económico e social para muitos países, no entanto, Angola continua a registar números relativamente baixos.

De acordo com o Plano Diretor do Turismo de Angola estava previsto para 2017 um número de chegadas que variava entre 1,4 e 3,5 milhões, tendo na verdade sido registado 0,26 milhões, o que é cerca de 5 a 13 vezes menor do que as projeções iniciais (Ministério da Economia e Planeamento de Angola, 2020). A análise desta realidade tornou evidente que os recursos naturais e culturais, a disponibilidade de infraestruturas de qualidade e as condições gerais de funcionamento de um país como a segurança, as condições de higiene e de saúde, são fatores essenciais de competitividade, mas não são exclusivos. A entrada em Angola exige pedido de vistos à maior parte dos países de origem de turistas. Em 2017 dos quinze países que mais viajavam para Angola apenas em dois casos não era exigido visto prévio e em quatro não era exigido visto a chegada (Ministério da Economia e Planeamento de Angola, 2020). Esta constatação e as alterações legais introduzidas em 2018, sobre a política de vistos, motivaram a realização do presente estudo o qual visa responder à seguinte questão de partida: Em que medida a política de atribuição de vistos representa um constrangimento para o desenvolvimento do Turismo externo em Angola?

Para operacionalizar o desenvolvimento da investigação foi definido como objetivo geral conhecer e analisar os procedimentos de atribuição de vistos para Turismo externo em Angola e como objetivos específicos: Caracterizar a situação atual do Turismo em Angola; Compreender a realidade do Turismo externo em Angola; Analisar a política de vistos; Identificar a posição de intervenientes públicos e privados sobre a política de vistos; Perceber as repercussões da burocracia na atribuição de vistos sobre o Turismo externo em Angola.

Em termos de estrutura o estudo foi organizado por capítulos. O trabalho começa com uma introdução, na qual se apresenta o enquadramento do problema, a questão de partida, os objetivos e o tipo de estrutura. No capítulo 1, utiliza-se o enquadramento bibliográfico para evidenciar em termos de revisão da literatura, alguns conceitos e abordagens consideradas pertinentes sobre o desenvolvimento do turismo, dedicando especial relevância aos objetivos de desenvolvimento sustentável. No capítulo 2, descreve-se a evolução que o turismo em Angola tem tido nas últimas

décadas, quer em termos legislativos, quer estatísticos, contextualizando a situação económica política e social vivenciada. Também se caracteriza a Política de Vistos de Turismo, as principais opções e enquadramento jurídico. No capítulo 3, apresenta-se a natureza e características do estudo, os instrumentos de recolha e as opções metodológicas sobre a construção da amostra. Finalmente, no capítulo 4, apresentam-se os resultados obtidos no inquérito por questionário e através das entrevistas, procede-se à sua interpretação e discussão.

Capítulo 1 – Enquadramento Conceptual

Neste capítulo utiliza-se o enquadramento bibliográfico para evidenciar alguns conceitos e abordagens consideradas pertinentes sobre o desenvolvimento do turismo, dedicando especial relevância aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

1.1 O conceito de Turismo

Não sendo o turismo um fenómeno recente é ao longo do último meio século que se transforma numa das mais poderosas forças socioeconómicas e culturais. O seu crescimento vai fazer emergir a necessidade de o compreender e caracterizar, e, por conseguinte, de o definir oficialmente (Cunha, 2010). Assim, e tendo em consideração que as definições anteriores se focavam no indivíduo, e não na atividade, em 1963 a *International Union of Official Travel Organisations* (IUOTO) da Organização das Nações Unidas (ONU) apresenta um projeto de definição do termo "turista" ou "visitante temporário" para fins estatísticos. Os pressupostos para a elaboração da definição tiveram em consideração do ponto de vista económico, os efeitos produzidos numa economia nacional pela permanência de pessoas que não residem habitualmente ou permanentemente num determinado país, e a duração da estadia, a qual deve cumprir os regulamentos de imigração e as leis laborais (ONU, 1963).

Na Conferência Internacional sobre Estatísticas de Viagens e Turismo de 1991 organizada pelas Nações Unidas (ONU), pela Organização Mundial de Turismo (OMT) e pelo Governo do Canadá, e realizada em Ottawa, foram elaboradas uma série de normas internacionais sobre definições e classificações estatísticas para o turismo, as quais foram aprovadas pelas Nações Unidas em 1993. Nesta conferência foram atribuídas uma série de tarefas de preparação de material de apoio, como documentos descritivos e manuais de trabalho, organização de seminários e programas de assistência em todo o mundo, bem como, a criação de um comité para orientar e aconselhar estes esforços (OMT, 1999). As definições subscritas pela ONU e publicadas pela OMT visavam unificar critérios e estabelecer um sistema coerente de estatísticas turísticas e contribuíram para que o turismo fosse definido como um fenómeno social, cultural e económico, que envolve o movimento de pessoas para lugares fora de seu local de residência habitual, à qual posteriormente foi acrescentado “geralmente por prazer” (Pakman, 2014).

A não existência de uma definição consensual e critérios estatísticos impedia a elaboração de estatísticas confiáveis e comparáveis e condicionava a análise dos fluxos comerciais e internacionais (Theobald, 2005). O mérito da definição de critérios base de suporte às atividades turísticas representam um passo fundamental, apesar da multiplicidade das definições ser uma realidade irrefutável (Telfer & Sharpley, 2008).

A diversidade de definições está alicerçada na forma como se observa o turismo, em termos conceptuais, e nos objetivos de operacionalidade estatística. Para Pakman (2014) não existe nada de errado com a pluralidade de definições, em virtude dos esforços de quantificação e de padronização para efeitos estatísticos se distanciarem de uma vertente mais teórica requerida pela ciência.

Beni e Moesch (2016) atribuem a dificuldade de uma definição única e consensual à complexidade do fenómeno turístico, salientando que o objeto de estudo do turismo é um objeto em construção, não é um objeto construído, porque não pode ser estudado como uma entidade isolada e desfasada da sua *praxis*.

Neste sentido, a divergência encontrada nas definições sobre o turismo depende da forma como se observa o turismo e os objetivos que se pretendem atingir. A abordagem conceptual visa encontrar uma definição capaz de identificar as características essenciais do turismo e estabelecer a sua distinção face a outras atividades, enquanto que a finalidade de quantificação estatística foca-se em questões de terminologia e operacionalidade (Theobald, 2005). Theobald (2005) considera que a grande dificuldade reside no facto do turismo ser muito mais que uma indústria e sim um fenómeno com impactos em diferentes indústrias, e evidencia a pertinência de demonstrar o quanto o contributo do turismo é importante para o desenvolvimento e crescimento das economias. Contudo e apesar de alguma multiplicidade de definições existe um amplo consenso de que o fim do turismo é servir o desenvolvimento do país ou da região, e em simultâneo proporcionar satisfação e experiências positivas para os viajantes, benefícios económicos para as empresas e colaboradores (Cunha, 2017).

1.2 Do Desenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável

O conceito de desenvolvimento sofreu grandes modificações ao longo do tempo desde a conceção de riqueza baseada na acumulação de metais preciosos (século XV) até as contemporâneas conceções do desenvolvimento. O desenvolvimento durante muito tempo foi

considerado sinónimo de crescimento económico, realidade que foi sendo alterada em termos conceptuais nos últimos oitenta anos (Rocha, 2013).

A noção moderna do desenvolvimento económico surgiu, após a Segunda Guerra Mundial, impulsionada pela necessidade de crescimento, e pelo aparecimento ou ressurgimento de problemas como dívida pública, dívida internacional, pobreza e cidades ou regiões ingovernáveis (Dias, 2013). Ambos os conceitos visavam servir os objetivos de reconstrução das economias ocidentais devastadas pelos efeitos da guerra. No entanto, casos evidenciaram que o crescimento, interpretado como um aumento durante um ou vários períodos da produção ou produto interno, apesar de gerar enriquecimento, não contribuía para melhor as condições de vida das sociedades (Rocha, 2013). Neste sentido, o desenvolvimento económico vai além do crescimento económico, porque se preocupa com questões de carácter social, como o bem-estar, nível de consumo, taxa de desemprego, pobreza, analfabetismo, qualidade de vida, entre outros (Cunha, 2017). O desenvolvimento económico, é um conceito complexo, mas mais abrangente do que o crescimento económico, e pressupõe ajustes institucionais, fiscais e jurídicos, incentivos ao investimento e à inovação, empreendedorismo, assim como, condições e infraestruturas, que potenciem um sistema eficiente de produção, circulação e distribuição de bens e serviços (Diniz, 2010).

Por conseguinte, não podemos pensar em crescimento económico sem termos em consideração as condições para o desenvolvimento, porque ambos andam de mãos dadas, e se antes da II Guerra Mundial, se dava maior atenção ao crescimento, depois passou-se a dar-se prioridade ao desenvolvimento (Dias, 2013).

A adoção de novos caminhos para o desenvolvimento e a construção de novos modelos surge, como consequência natural da evolução das economias e das sociedades, cada vez mais marcadas pela globalização, pelo conhecimento, pelas preocupações ambientais, pela mobilidade e pela tecnologia. É nesta visão de desenvolvimento como alicerce à sobrevivência humana que emerge a noção de desenvolvimento sustentável (Klarin, 2018). A noção de sustentabilidade é suportada no entendimento que os recursos naturais são finitos. Assim, o desenvolvimento sustentável é um conceito que se traduz num modelo de desenvolvimento global que incorpora os aspetos de um sistema de consumo no qual a preocupação com a natureza é máxima. O objetivo final do desenvolvimento sustentável é alcançar um equilíbrio entre a sustentabilidade ambiental, económica e social. Neste sentido, Mensah (2019) explica que a sustentabilidade da sociedade depende da disponibilidade de sistemas de saúde apropriados, paz e respeito pelos direitos

humanos, trabalho decente, igualdade de género, educação de qualidade e Estado de direito. A sustentabilidade da economia, por outro lado, depende da adoção de uma produção, distribuição e consumo adequados, enquanto que a sustentabilidade do ambiente é impulsionada por um planeamento físico e uso adequado do solo, bem como pela conservação da ecologia ou da biodiversidade.

Apesar de a literatura ser abundante em definições e interpretações do desenvolvimento sustentável a primeira tentativa de o definir foi apresentada na declaração da Estratégia Mundial de Conservação (IUCN/WWF/UNEP, 1980), mas foi criticada por se preocupar sobretudo com a sustentabilidade ecológica em detrimento do desenvolvimento sustentável *per si*. A definição mais consensual foi utilizada em 1987, no Relatório Brundtland, “O Nosso Futuro Comum” elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada em 1983 pela Assembleia das Nações Unidas (*World Commission on Environment and Development* - WCED), mas muitas das ideias e preocupações que foram incorporadas neste relatório existem há muito tempo, como evidencia entre outros trabalhos, a Teoria Malthusiana datada de 1798. O Relatório Brundtland foi responsável, mais do que qualquer outra publicação, pela divulgação do conceito e popularidade da expressão “desenvolvimento sustentável” entre os meios académico, científico e político (Mourão, 2000). Neste relatório o desenvolvimento sustentável foi definido como o desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de resposta das gerações futuras às suas próprias necessidades. Visa conciliar o desenvolvimento económico e a proteção dos equilíbrios sociais e ambientais. Este conceito resume um acumular de preocupações que foram emergindo nos anos 70 e 80, na sequência de uma série de publicações que alertavam para a exploração excessiva do ambiente pelo homem, tendo em consideração as limitações ambientais, para suportar um crescimento económico desenfreado e sem regras e que foram dando origem a conjunto de iniciativas nacionais e internacionais, em particular conferências, cimeiras e protocolos (Dalal-Clayton & Bass, 2000). Um dos marcos desse processo foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento ocorrida no Brasil, conhecida como Eco-92 ou Rio-92, momento em que se estabelecem acordos e agendas mundiais com vistas à sustentabilidade (Lamas, Silva, Hofstaetter, Souza & Júnior, 2018).

Em 2001, a União Europeia (UE) adotou uma estratégia a favor do desenvolvimento sustentável, que foi revista em 2006, tendo como propósito a incorporação de uma visão a longo prazo da sustentabilidade na qual o crescimento económico, a coesão social e a proteção do

ambiente devem ser considerados indissociáveis e se reforçam mutuamente (União Europeia, 2022).

Em 2009, a nova revisão da estratégia da Comissão Europeia salientou a persistência de certas tendências insustentáveis e a necessidade de intensificar os esforços a esse respeito em particular os esforços para combater as alterações climáticas e para promover uma economia de baixo teor de carbono. O desenvolvimento sustentável tornou-se formalmente um dos objetivos a longo prazo da União Europeia com a introdução do artigo 3.º, n.º 3, do Tratado da União Europeia (União Europeia, 2022).

Em 2016 entrou em vigor a resolução da Organização das Nações Unidas intitulada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, constituída por dezassete objetivos aprovados por unanimidade por cento e noventa e três Estados-membros para um mundo mais sustentável e justo (ONU, 2022). Os dezassete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão estruturados em torno de cinco princípios: Planeta, Pessoas, Prosperidade, Paz e Parcerias e são: ODS 1 – Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; ODS 2 – Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável; ODS 3 – Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades; ODS 4 – Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem, ao longo da vida, para todos; ODS 5 – Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas; ODS 6 – Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos; ODS 7 – Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos; ODS 8 – Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e, o trabalho digno para todos; ODS 9 – Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; ODS 10 – Reduzir a desigualdade no interior dos países e entre países; ODS 11 – Tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis; ODS 12 – Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis; ODS 13 – Adotar medidas urgentes para combater as alterações climática e os seus impactos; ODS 14 – Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável; ODS 15 – Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda de biodiversidade; ODS 16 – Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o

desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas a todos os níveis; ODS 17 – Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável (figura 1).

Figura 1 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: ONU (2022)

Ramutsindela e Mickler (2020) explicam que a universalidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) significam que são aplicáveis a todas as nações do mundo, no entanto, as condições específicas existentes em África exigem que se preste maior atenção ao ambiente social, político e económico em que são implementadas. Nenhum país oferece as condições ideais para que os ODS possam ser implementados, razão pela qual é necessário ter em consideração o contexto local, nacional e regional para que os objetivos possam ir ao encontro de um mundo real. Assim, compreender processos de ecossistemas passados aumenta a nossa capacidade de antecipar mudanças e prever o futuro, com especial relevo para as questões culturais e ambientais e de utilização adequada de recursos, questões entre outras, fundamentais no turismo.

2.3 O Turismo como meio de desenvolvimento e a sustentabilidade

Cada vez mais existe um amplo consenso de que o turismo, tendo importantes relações com o desenvolvimento, deve ser capaz de garantir que o seu crescimento cumpre os novos paradigmas de sustentabilidade. Nesta perspetiva, o turismo como força motriz deve servir o desenvolvimento de um país ou região, tendo em consideração as necessidades dos visitantes, do sector e das

comunidades e os seus impactes ambientais, económicos e sociais no presente e no futuro (UNEP & UNWTO, 2005).

Até recentemente, a definição de estratégias do turismo, focava-se quase exclusivamente nos destinos, nas necessidades dos visitantes e das empresas, atualmente é imperativo que as políticas e as estratégias passem a valorizar e incluir o ambiente, as mudanças climáticas, as comunidades, o trabalho em rede, o alívio da pobreza, a autenticidade, o conhecimento e a inovação (Cunha, 2017). O combate à pobreza, principalmente nos países em vias de desenvolvimento, e a alteração dos padrões de consumo no sentido de maior respeito pelo ambiente nos países mais ricos, constituem aspetos muito importantes do desenvolvimento sustentável (Mourão, 2000).

O conceito geral de desenvolvimento sustentável, está alicerçado na necessidade de utilizar racionalmente os recursos que suportam o desenvolvimento económico, em particular os recursos naturais como a água, o solo, as florestas, as paisagens naturais, a fauna e flora terrestre, os recursos marinhos, os recursos minerais, o petróleo, etc. A realidade é que estes e outros recursos naturais estão nalguns casos seriamente degradados, destruídos ou a caminho do seu esgotamento, e noutros a sua extração e transformação contribui para agravar as emissões de poluentes e o efeito de estufa (OCDE, 2002). Este aumento da poluição ambiental, as alterações climáticas, a exaustão e destruição dos recursos naturais, degradam a qualidade de vida das populações, põem em perigo a saúde humana e nalguns casos a sobrevivência, ou mesmo a própria vida (Perkumienė, Pranskūnienė, Vienažindienė & Grigienė, 2020). O movimento das pessoas e das mercadorias contribuiu significativamente para aumentar as emissões de CO₂ ao longo das últimas décadas, e apesar dos avanços tecnológicos para utilização de uma energia verde produzida através de fontes renováveis aplicada no sector dos transportes é expectável que o aumento das emissões continue a atingir níveis preocupantes. O facto de o transporte ser um ingrediente-chave das viagens e das cadeias de abastecimento, obriga a focar o sector em critérios e compromissos de sustentabilidade (Lenzen *et al.*, 2018). Por conseguinte, o turismo sustentável não é uma forma de turismo discreta ou especial. Pelo contrário, todas as formas de turismo devem esforçar-se por ser mais sustentáveis, porque o que está em causa não são mudanças climáticas, que sempre existiram, mas sim uma crise climática, com implicações significativas para o turismo, quer pelo aumento das temperaturas, da irregularidade das tempestades e aumento da sua severidade, aumento dos períodos de seca, declínio das produções agrícolas, subida dos níveis do mar, entre outros, mas também, porque o

turismo tem elevado potencial para desempenhar um papel relevante no desenvolvimento de locais, ou regiões e comunidades (UNEP & UNWTO, 2005)

No sector do turismo, o desenvolvimento económico e a conservação e preservação dos ecossistemas naturais e socioculturais, não devem ser vistos como forças opostas, mas devem ser perseguidas lado a lado como aspirações que podem e devem reforçar-se mutuamente. Assim, o equilíbrio entre os interesses empresariais, sociais e ambientais passa pela ajuda moderadora do apoio governamental e das intervenções políticas (Baloch *et al.*, 2022).

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT) as orientações e práticas de gestão do desenvolvimento turístico sustentável são aplicáveis a todas as formas de turismo em todos os tipos de destinos, incluindo o turismo de massas e os vários segmentos turísticos de nicho. Os princípios de sustentabilidade referem-se aos aspetos ambientais, económicos e socioculturais, e deve ser estabelecido um equilíbrio adequado entre estas três dimensões para garantir a sua sustentabilidade a longo prazo. Assim, o turismo sustentável deve (UNEP & UNWTO, 2005, p.11):

1. Fazer a melhor utilização possível dos recursos ambientais que constituem um elemento-chave no desenvolvimento turístico, mantendo processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o património natural e a biodiversidade.
2. Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades de acolhimento, conservar o seu património cultural construído e vivo e os seus valores tradicionais, e contribuir para a compreensão e tolerância intercultural.
3. Assegurar operações económicas viáveis e a longo prazo, proporcionando benefícios socioeconómicos a todas as partes interessadas que estejam equitativamente distribuídas, incluindo oportunidades estáveis de emprego e rendimento e serviços sociais para as comunidades de acolhimento, e contribuindo para o alívio da pobreza.

O desenvolvimento turístico sustentável requer a participação informada de todos os intervenientes relevantes, bem como, uma forte liderança política para assegurar uma ampla participação e criação de consensos. Como referem Fayos-Solà e Cooper (2019) os novos desafios ambientais, no contexto de sustentabilidade são apenas mais um problema, dado que, fruto da evolução tecnológica existe uma revolução na prática empresarial e no comportamento dos consumidores. Igualmente a concorrência entre os sectores económicos pelo investimento e pelo

trabalho, representam questões estratégicas muito pertinentes. Como resultado, para competir com sucesso no sector do turismo, as organizações turísticas e destinos precisam de se reinventar através da inovação baseada no conhecimento. No turismo, a maioria das empresas são pequenas e médias, e são geridas por famílias, as quais são normalmente muito influenciadas pela cultura e envolvente externa, no entanto, como referem Elmo, Arcese, Valeri, Poponi e Pacchera (2020) as empresas que incorporam fatores de sustentabilidade são impulsionadas por uma orientação a longo prazo, que visa proporcionar um elevado nível de satisfação aos viajantes e assegurar uma experiência significativa, sensibilizando-os para as questões de sustentabilidade, envolvendo-os em experiências únicas, que respeitam culturas, tradições e ambiente, e promovem novas práticas de turismo.

Em suma, alcançar o turismo sustentável é um processo contínuo que requer uma monitorização constante dos impactos, com o propósito de introduzir atempadamente medidas preventivas ou corretivas.

Capítulo 2 – A economia angolana e o turismo

Neste capítulo descreve-se a evolução que o turismo em Angola tem tido nas últimas décadas, quer em termos legislativos, quer estatísticos, contextualizando a situação económica política e social vivenciada.

2.1 Enquadramento

As potencialidades turísticas de Angola são inegáveis, apesar de esquecidas no tempo colonial, abandonadas no período da guerra civil e posteriormente limitadas pela falta de infraestruturas.

Em 1972 Angola tinha cinquenta e sete os hotéis e estabelecimentos similares, distribuídas maioritariamente por Luanda, Huambo, Lubango e Lobito. O total de camas rondava as três mil novecentas e quatro, das quais mil cento e quarenta estavam localizadas em Luanda. Em 1975 com a criação do primeiro Governo na sequência da proclamação da independência, todas as unidades foram intervencionadas pelo Decreto n.º. 26/75. Nos anos subsequentes assistiu-se à utilização irracional da maioria dos empreendimentos turísticos e a consequente degradação de grande parte. Em 1978 iniciou-se o processo de criação de empresas hoteleiras de âmbito provincial, denominadas - Emprotéis e foi criada a ANGHOTEL- Unidade Económica Estatal (U.E.E.), numa primeira fase de âmbito local, passou posteriormente a atuar em Cabinda, Huambo, Huíla, Malange e Benguela. Neste período foram desenvolvidas iniciativas que visavam a reabilitação, recuperação e mesmo ampliação de vários empreendimentos. Em 1988 na consequência do Programa de Saneamento Económico e Financeiro, Angola inicia os primeiros contactos com a Organização Mundial do Turismo (OMT) para conseguir a sua adesão. Ainda neste ano é constituída a primeira empresa angolana de turismo - ANGOTUR, Lda., e em 1989 na reunião de Paris, Angola adere à OMT. O benefício imediato traduziu-se na implementação do Projeto “Reforço Institucional do Estado Angolano no domínio do Turismo”, financiado pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, executado pela OMT. Na sequência da adesão de Angola à OMT, foi criado o Ministério da Hotelaria e Turismo (Decreto – Lei n.º. 5/96), aprovada a Política Nacional do Turismo (Resolução n.º. 7/97), aprovada a estratégica da Hotelaria e Turismo (Resolução n.º. 9/97), elaborado o Plano Diretor do Turismo e criado um sistema de recolha, tratamento, análise e publicação de estatística do turismo (Consulado Geral da República de Angola no Porto, 2014).

Com o abrandar dos conflitos armados, os quais terminaram com o acordo de paz em 2002 seguiu-se a construção e reconstrução de infraestruturas, assim como, a reabilitação e modernização de vários empreendimentos hoteleiros de pequena e média dimensão. Face ao legado de destruição deixado pela guerra, quer ao nível das infraestruturas, quer em termos económicos e sociais, a economia angolana vai ficar marcada por altos e baixos. Com o fim da guerra existia um sentimento de que Angola poderia obter junto das organizações internacionais, maior assistência humanitária e ajuda internacional, no entanto, os fundos necessários para a reconstrução do país, não chegaram e o governo angolano voltou-se para a China.

A comunidade internacional ao considerar Angola um “estado frágil”, colocou o país na agenda doadora e concentrou-se em curar sintomas e não causas, substituiu o Estado, quando o deveria ter complementado. Como resultado, Angola concentra o crescimento económico, na exploração dos recursos naturais, nomeadamente, no petróleo e nos diamantes e rejeita os modelos padronizados de desenvolvimento promovidos pelo Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional ou Comissão Europeia. Angola passa a definir as suas políticas, prioridades e ritmos de implementação, a margem da pressão internacional (CES, 2007).

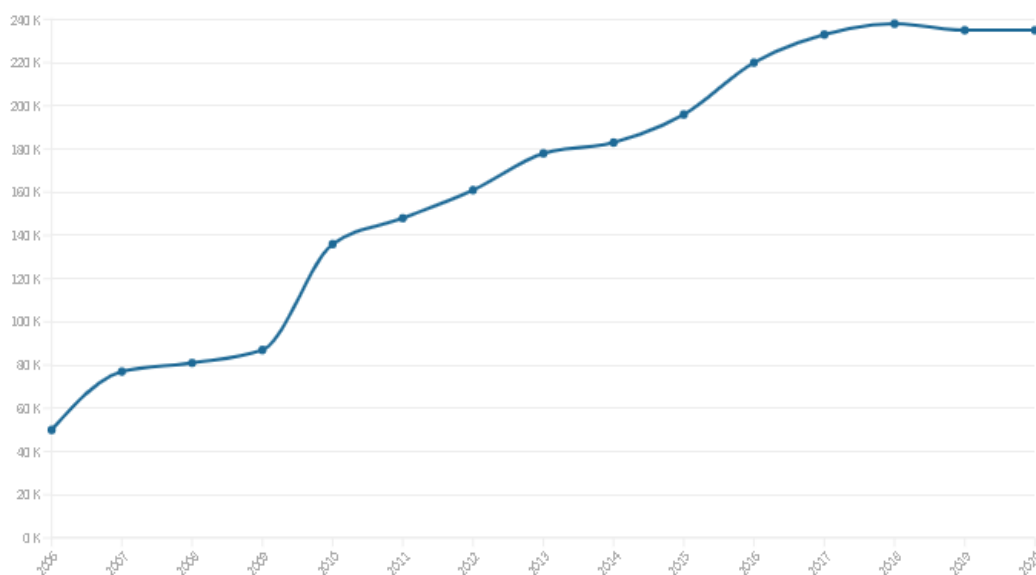
A não diversificação da economia e a sua concentração no petróleo fez com que o desempenho económico angolano fosse marcado por grandes oscilações. Entre 2004 e 2007 Angola regista uma das maiores taxas de crescimento do mundo, muito fruto do clima de entusiasmo da reconstrução pós-guerra, do crescimento das exportações de petróleo e diamantes, do crescimento da construção e da agricultura. Só o turismo cresceu mais de trezentos por cento (UNCTAD, 2011). O crescimento das agências de viagens, o aumento do comércio e a abertura de restaurantes favoreceu o movimento turístico, tanto internacional, como nacional (Ramos, 2017). A grandiosidade da riqueza dos recursos naturais, atraíram grandes investimentos estrangeiros que influenciaram o crescimento. À data, o turismo estava ainda num estágio embrionário e com poucas oportunidades, principalmente nos municípios do interior, por falta de infraestruturas, mas as estatísticas de chegadas internacionais por via aérea demonstravam a sua vitalidade, assim como o crescimento do número de estabelecimentos hoteleiros e similares (UNCTAD, 2011).

Com acesso ao petróleo, os chineses empenharam-se na construção de infraestruturas, em particular, na construção de estradas, portos, aeroportos, linhas de caminhos-de-ferro e obras públicas. Para a realização do Campeonato Africano das Nações (CAN) em 2010, foram construídas novas estradas, estádios de futebol, hotéis e hospitais (TSF, 2009).

O número de hotéis e estabelecimentos similares passou de oitenta e sete mil em 2009 para cento e trinta e seis em 2010 (UNCTAD, 2011) sendo a cidade de Luanda a que beneficiou do maior número de empreendimentos, os quais foram construídos sem qualquer planificação, de forma completamente desorganizada (Piedade, 2007).

Entre 2006 e 2020 o número de estabelecimentos hoteleiros e similares passou de cinquenta mil para duzentos e trinta e cinco mil (figura 2).

Figura 2 - Número de estabelecimentos Hoteleiros e similares de 2006 a 2020



Fonte: World Tourism Organization (UNWTO, 2020)

A crise dos preços do petróleo iniciada no segundo semestre de 2008, conduziu a uma queda nas receitas fiscais, reduzindo as reservas de moeda estrangeira e, conseqüentemente, forçou a desvalorização do kwanza. Na sequência da crise financeira e cambial, a taxa de crescimento do PIB passou de 13,8% em 2008 para 2,4% em 2009. Depois de um grande esforço para responder às condições externas negativas, que começaram em 2008 com a crise financeira, com epicentro nos Estados Unidos da América, Angola vive problemas de produção no sector petrolífero interno. A situação só começa a melhorar em 2012 com um crescimento do PIB de 8,1% (Banco Mundial, 2013).

Mas o ambiente macroeconómico de Angola continuava muito complexo e entre 2012 e 2015, repercute-se numa taxa média anual de crescimento do PIB de 3,7%. A desaceleração do crescimento económico tem fortes repercussões na vida quotidiana das populações e do tecido empresarial. A desvalorização do kwanza face ao dólar norte-americano reduz drasticamente o poder de compra e a dificuldade de acesso a divisas compromete as importações, nomeadamente de bens alimentares o que força o governo de Angola a pedir ajuda ao Fundo Monetário Internacional (FMI) (Rocha, 2017). Com uma taxa de inflação muita alta e uma moeda em queda livre, Angola entra em recessão em 2016, da qual sairá em 2022.

Relativamente ao turismo, o mesmo apresenta um desenvolvimento acentuado a partir de 2013, apresentando sinais de maior prosperidade e rentabilidade (UNWTO, 2020), o que torna evidente a necessidade de criar um plano a nível nacional que promovesse o turismo, de uma forma integrada tendo sido aprovado o Plano Diretor do Turismo de Angola (PDTA) em 2011 (Minhotur, 2013).

Em 2013, no processo de inventário sobre o potencial turístico nas vertentes Cultural, Sol e Mar e Natureza de Angola foram identificados cerca de 2.600 recursos turísticos (Minhotur, 2013).

Apesar do enorme potencial turístico e da posição estratégica do sector para a economia Angolana, o comportamento do número de chegadas entre 1995 e 2020, ilustra um crescimento notável de chegadas apenas até 2013, seguido de uma queda acentuada até 2020. Estes dados contrariam as expectativas do Plano Diretor do Turismo de Angola 2011- 2020, o qual previa que em 2020 Angola deveria captar cerca de 4,5 milhões de turistas. A falta de infraestruturas, de serviços de apoio e a falta de promoção do país enquanto destino turístico, são as razões utilizadas como argumento para justificar o fraco desenvolvimento do sector e o não cumprimento das projeções da Estratégia 2011-2020 do 1º Plano Diretor do Turismo de Angola (Minhotur, 2013).

Para a Ex-Ministra do Turismo Ângela Bragança, o Plano Diretor carece de atualização, de melhoramentos, de inserção de novas ideias e de uma melhor estruturação dos objetivos e metas a atingir (Gomes, 2019).

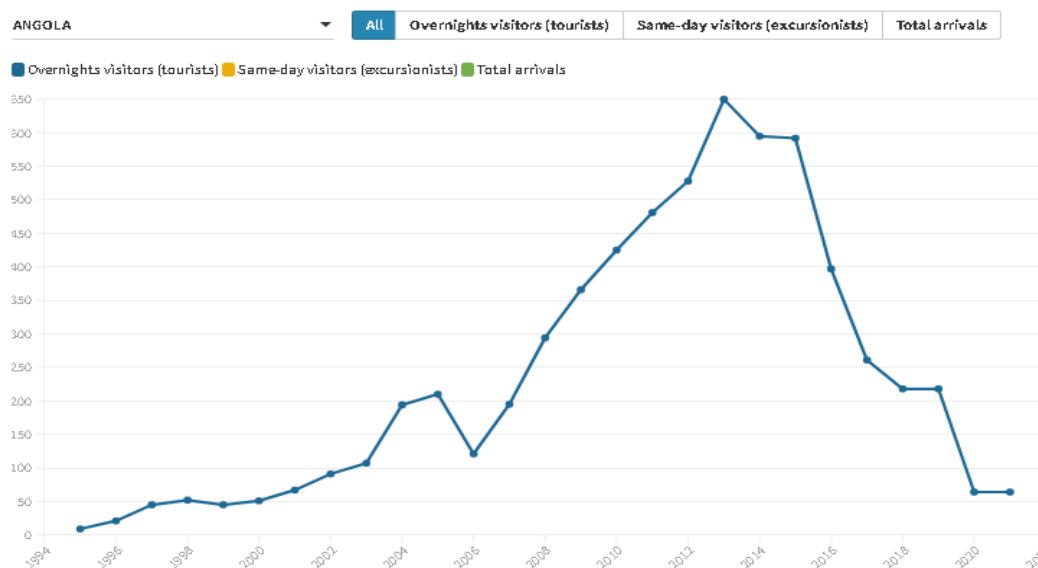
Para o Ministério do Turismo, Angola tem um enorme potencial turístico em quase todos os segmentos: praia e sol, vida selvagem, deserto, história, entre outros, no entanto, e apesar das alterações legislativas efetuadas na emissão de vistos de turismo, as reclamações “continuam em alta”. “Queixam-se dos elevados preços, do mau serviço prestado pelas embaixadas e postos

consulares espalhados pelo mundo e da própria burocracia que ainda afeta o processo” (Gomes, 2019). É interessante destacar que a própria Ex-Ministra do Turismo em 2019 em entrevista ao Jornal Angola revelou que “Inclusivamente, o Presidente da República já nos alertou que não quer ouvir falar mais em problemas com a emissão de vistos” (Gomes, 2019). Esta realidade é observada pelas estatísticas que evidenciam não só uma queda acentuada do número de chegadas, mas face ao número de anos em análise uma certa tendência, que como sinal de alerta carece de reflexão.

2.2 Números e desafios sobre o Turismo externo

A figura 3 apresenta a evolução do número de chegada à Angola entre 1995- 2021, na qual é evidente que todos os valores obtidos após 2013, evidenciam não só uma queda, mas face ao número de anos em análise uma tendência. Está diminuição será, no entanto, compensada pelo turismo doméstico (Ferreira, 2020).

Figura 3 – Total de Chegadas a Angola entre 1995 e 2021

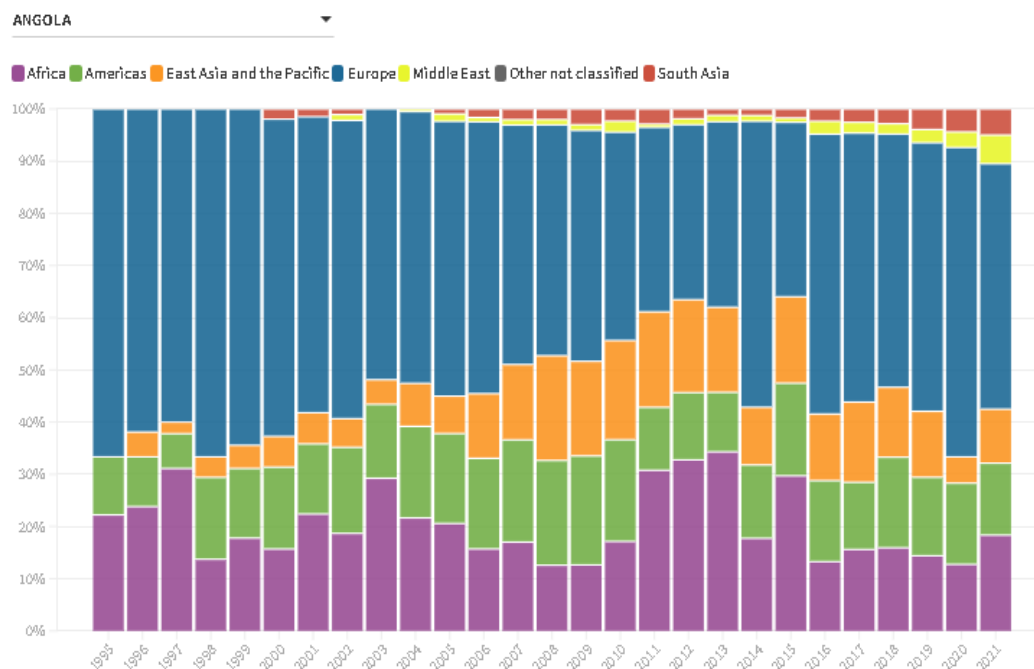


Fonte: World Tourism Organization (UNWTO, 2022)

A figura 4 apresenta a distribuição do número de chegada por anos e por origem de residência, e evidencia que o maior número de chegadas a Angola entre 1995-2021 tem residência

na Europa (UNWTO, 2022). No período em estudo o menor valor de entradas com residência na Europa foi de 33,42% em 2015 e o maior foi de 59,28% em 2020. Em 2021 foi de 47,02%.

Figura 4 - Chegadas a Angola por região de origem de residência dos Turistas entre 1995 e 2021



Fonte: World Tourism Organization (UNWTO, 2022)

O quadro 1 apresenta o número de Chegadas de Turistas em Angola por país de residência (2018) e evidencia uma fraca diversificação dos turistas (Datosmacro.com, 2022). Os principais países de residência dos turistas que chegaram a Angola em 2018 são: Portugal com 59.709 chegadas (27,39%), China com 20.418 chegadas (9,37%), Brasil com 18.501 (8,49%). Os países de residência menos representados pertencem ao Médio Oriente e ao Sul da Ásia. O principal e quase único meio de transporte da entrada de turistas em Angola é o avião (figura 5).

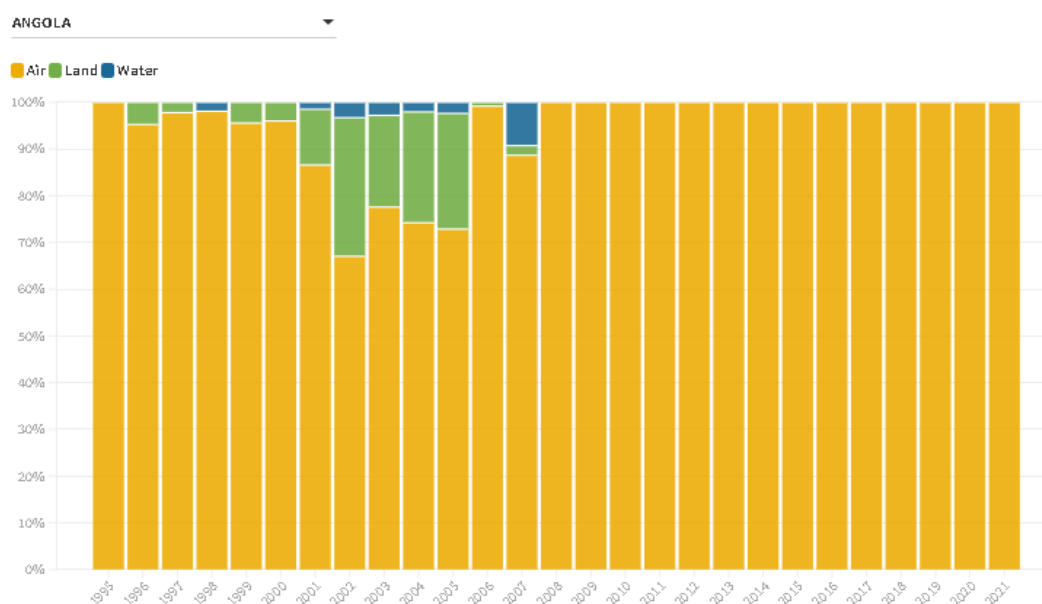
Quadro 1 - Chegadas de Turistas em Angola por país de residência (2018)

Países	Número de Turistas	Países	Número de Turistas
Portugal	59.709	Líbano	2.369
China	20.418	Nigéria	2.119
Brasil	18.501	Alemanha	2.086
França	10.208	Países Baixos	1.899
África do Sul	8.710	Guiana	1.768
Reino Unido	7.744	Bélgica	1.698
Estados Unidos	6.808	Eritreia	1.465
Namíbia	6.180	R.D. do Congo	1.441
Índia	5.374	Congo	1.324
Cuba	4.145	Polónia	1.268
Rússia	4.035	Croácia	1.245
Espanha	3.352	Mauritânia	1.157
Filipinas	3.095	Canadá	1.110
Itália	2.928	Israel	1.044
Vietname	2.582	Ucrânia	945

Fonte: Datosmacro.com (2023)

A figura evidencia a importância do transporte aéreo no turismo externo. Angola tem estado fora dos circuitos mundiais dos cruzeiros e as infraestruturas terrestres continuam a apresentar sérios problemas e constrangimentos (Ministério da Economia e Planeamento de Angola, 2020).

Figura 5 – Meio de transporte para chegadas a Angola dos Turistas entre 1995 e 2021



Fonte: World Tourism Organization (UNWTO, 2022)

Apesar do enorme potencial turístico, Angola não tem conseguido concretizar as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Desenvolvimento. O número médio de turistas internacionais e domésticos continua a ser muito reduzido e o peso do investimento, quer privado, quer público muito baixo. O Investimento privado em Angola no sector do turismo representa cerca de 30 a 60% do que observado nos países pares e cerca de 50% do observado na SADC (Ministério da Economia e Planeamento de Angola, 2020). Entre 2018 e primeiro trimestre de 2022 o Programa de Investimentos Públicos (PIP) disponibilizou apenas 52 milhões Kz para o desenvolvimento do sector hoteleiro e turístico do País, o que corresponde a 0,53% do valor orçamentado. Entre 2018 e o primeiro trimestre de 2022, o Governo previa aplicar 13.074 milhões Kz nos programas de apoio ao sector hoteleiro e turístico com objetivo de fomentar o sector muito e promover as potencialidades nacionais (Chambassuco, 2022). É relevante destacar que à semelhança do que se passou no resto do mundo, também o turismo em Angola sofreu os efeitos das medidas de combate à Pandemia Covid-19. O quadro 2 apresenta o número de turistas, as receitas por turista e respetiva % do PIB.

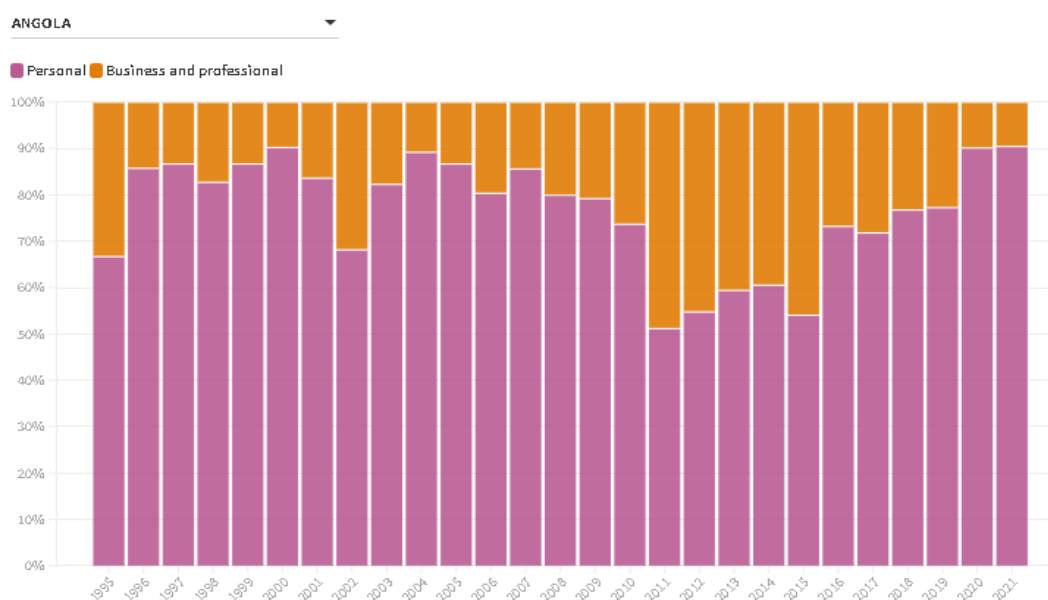
Quadro 2 - Número de chegadas de Turistas e receitas, respetiva % do PIB e gastos per capita

Ano	Total Chegadas	Receita em USD	% do PIB	Gastos <i>Per capita</i> USD
2021	64.000	-	-	-
2020	64.000	19.000.000	0,028	-
2019	218.000	395.000.000	0,57	1.812
2018	218.000	557.000.000	1,3	2.555
2017	261.000	884.000.000	0,72	3.387
2016	397.000	628.000.000	0,62	1.582
2015	592.000	1.170.000.000	1,0	1.978
2014	595.000	1.600.000.000	1,1	2.684
2013	650.000	1.240.000.000	0,91	1.909
2012	528.000	711.000.000	0,56	1.347
2011	481.000	653.000.000	0,58	1.358
2010	425.000	726.000.000	0,87	1.708
2009	366.000	554.000.000	0,79	1.514
2008	294.000	293.000.000	0,33	997
2007	195.000	236.000.000	0,36	1.210
2006	121.000	91.000.000	0,17	752
2005	210.000	103.000.000	0,28	490
2004	194.000	82.000.000	0,35	423
2003	107.000	63.000.000	0,35	589
2002	91.000	51.000.000	0,33	560
2001	67.000	35.000.000	0,39	522
2000	51.000	34.000.000	0,37	667

Fonte: UNWTO (2023); DadosMundiais.com (2023)

Nos anos posteriores a 2013 existe uma redução sucessiva do número de turistas, a qual apesar de ser acompanhada por uma diminuição da receita, não é acompanhada tão drasticamente pelas receitas *per capita*, existindo mesmo anos em que os valores superam os obtidos em 2013 (UNWTO, 2020). A redução evidenciada nas entradas em Angola entre 2016 e 2017 obrigou o Ministério da Hotelaria e Turismo a estabelecer uma agenda com outros parceiros para impedir que o número de entradas continuasse a retroceder, o qual admitiu que para aumentar a entrada de turistas no país eram necessárias infraestruturas hoteleiras, estradas, transportes, segurança, saneamento, energia e melhor abastecimento de água (Lusa, 2018a). Tendo em consideração a diminuição do número de chegadas internacionais, os dados do turismo, foram em grande medida alimentados pelo turismo doméstico, o que evidencia o seu grande potencial. É interessante destacar que em 2017 a contribuição do segmento doméstico em Angola rondava os 70% (Ministério da Economia e Planeamento de Angola, 2020). Em 2020, o volume de receitas com turistas caiu devido à pandemia de Covid-19. Dos 395 milhões de dólares registados em 2019 as receitas passaram em 2020 para 19 milhões de dólares (DadosMundiais.com, 2023). O segmento de turismo de negócios (Motivo Negócios e Profissional) com exceção do ano de 2015 tem estado a perder peso comparativamente com o motivo pessoal (figura 6).

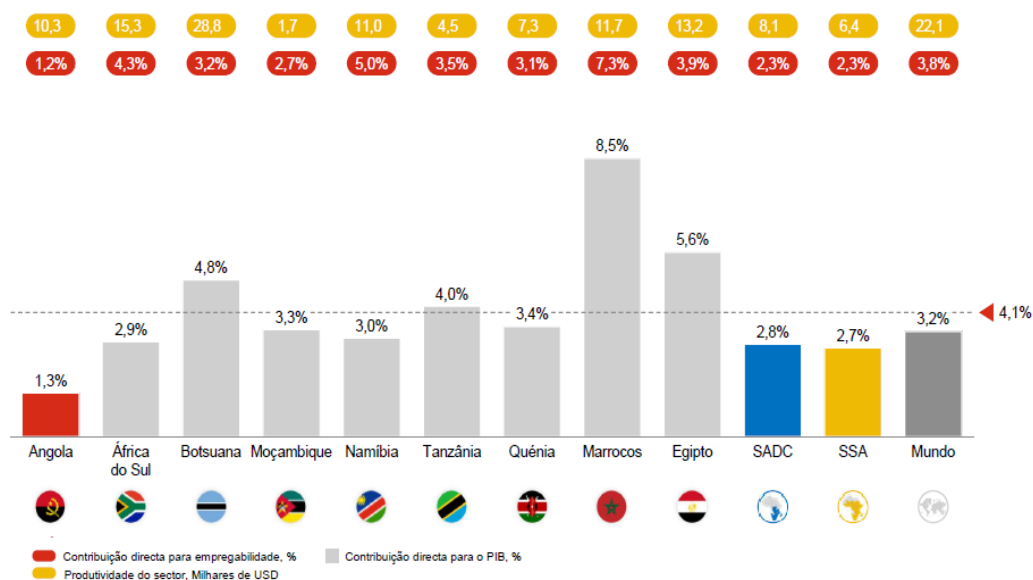
Figura 6 - Chegadas a Angola por motivo de viagem 1995 a 2021



Fonte: World Tourism Organization (UNWTO, 2022)

No que concerne ao motivo pessoal, no contexto de turismo de lazer, os principais segmentos são “natureza” e “sol e praia”. No segmento doméstico, 80% dos turistas concentram-se em Luanda, Benguela, Cuanza Sul e Huíla. A infraestrutura interna para mobilidade das pessoas é fraca, dificultando o turismo fora de Luanda. Quase 50% dos hotéis de luxo estão em Luanda, com dez províncias a não apresentarem qualquer hotel de 4 ou 5 estrelas (Ministério da Economia e Planeamento de Angola, 2020). No entanto, existe um potencial enorme noutras províncias, como por exemplo as Quedas de Kalandula, na província de Malanje. Angola tem um forte potencial ao longo do seu extenso território, pelo que o desenvolvimento do sector foi definido como aposta estratégica para a diversificação da economia nacional como salienta o primeiro Plano Diretor do Turismo de Angola (PDTA), no qual o turismo é considerado como o “petróleo verde” (MINHOTUR, 2013). O sector do turismo em Angola tem um peso direto no PIB e no emprego cerca de 1/3 inferior aos seus pares e aproximadamente metade da SADC e da África subsariana como evidencia a figura 7.

Figura 7 - Contribuição direta do sector do turismo para o PIB em % em 2017



Fonte: Ministério da Economia e Planeamento de Angola (2020)

Globalmente, o número de turistas no país tem ficado muito aquém das expectativas. Os próprios operadores turísticos têm-se mantido afastados do país, dos sete principais operadores africanos só dois operam em Angola (Ministério da Economia e Planeamento de Angola, 2020).

Figura 8 - Principais operadores africanos a operar em Angola

Exemplo de 7 dos maiores operadores de tours em África	Números de tours oferecidos em África	Tipos de tours oferecidos	Presente em Angola?	Informação adicional
Intrepid Travel	142	Natureza&Aventura Cultural Marinho	✗	Presente em 27 países em África
Across Africa Tours&Travel	141	Natureza&Aventura Cultural Independente	✓	Um único tour de 3 dias com paragens no Parque Kissama e Quedas de Calandula
Acacia Adventure Holidays	123	Natureza&Aventura Cultural Actividades	✗	Presente em 12 países em África
On the Go Tours	103	Natureza&Aventura Cultural Festivais&Eventos	✗	Presente em 10 países em África
G Adventures	89	Natureza&Aventura Cultural	✗	Presente em 16 países em África
Dragoman Overland	80	Natureza&Aventura Cultural	✓	Duas excursões que passam por Angola (Acra-Cidade do Cabo e Dakar-Cidade do Cabo)
Orongai Africa Safari	79	Natureza&Aventura Actividades	✗	Presente em 4 países em África

Fonte: Ministério da Economia e Planeamento de Angola (2020)

O desenvolvimento e crescimento do turismo é particularmente importante para alavancar a economia angolana e contribuir para que Angola possa sair da categoria de País Menos Avançado ao abrigo do período preparatório excecional de três anos concedido em 2021 tendo em consideração as vulnerabilidades ainda presentes e as consequências do período de recessão e pandemia (ONU, 2021). Durante este período de tempo adicional de preparação, Angola usufrui da possibilidade de manter a estratégia nacional de transição suave apoiada pelo sistema das Nações Unidas, e com parceiros (ONU, 2021). Para Rolf Traeger, o chefe da Sessão dos Países Menos Avançados da Conferência da ONU, a concessão deste período extraordinário tem como justificação que a excessiva concentração da economia de Angola no sector do petróleo que representa 93% das exportações e a queda brutal dos preços do petróleo ao longo dos anos 2010, a qual afetou muito negativamente o desenvolvimento económico do país (ONU, 2021). Contudo e apesar das dificuldades geradas pela Pandemia, foi considerado pelo Banco Mundial (2022) que Angola em 2021 saiu-o da situação de recessão com o PIB a crescer 0,8%. A eliminação das

restrições relacionadas com a COVID-19, o impacto das reformas macroeconómicas, e os esforços para diversificar a economia impulsionaram o crescimento não petrolífero, especialmente na agricultura e nos serviços. O forte desempenho dos sectores não petrolíferos e o aumento dos níveis de produção petrolífera, em sintonia com condições macroeconómicas favoráveis, permitem antever a continuação de um bom desempenho económico em 2022 e uma melhoria dos sectores da educação, proteção social, habitação, agricultura, comunicação, defesa e a segurança.

O Plano Desenvolvimento Nacional 2018-2022 considera que o turismo no quadro da diversificação da economia, deveria assumir um papel promotor do desenvolvimento e gerador de receitas e de emprego. No entanto, pelos dados apresentados anteriormente, não existe uma indústria de turismo desenvolvida em Angola. As poucas zonas que são desenvolvidas aproveitaram as belezas naturais do país, rios, cascatas e os 1.650 km de costa atlântica (CEDESA, 2022). Para Vita (2021) diretor-geral do INFOTUR (Instituto Nacional de Fomento do Turismo) as grandes fragilidades do sector do turismo são:

“ a carência de medidas concretas de apoio e incentivo, difícil acesso aos lugares, potenciais recursos e atrativos turísticos, falta de valorização dos recursos turísticos, falta de flexibilidade do sistema bancário ao financiamento de projetos turísticos, défice em termos de estabelecimentos de formação hoteleira e turística, dependência excessiva das importações, por força do défice na produção interna, falta de cultura turística, falta de uma maior abertura na concessão dos vistos de entrada nos principais mercados emissores de turistas do mundo e reduzido poder de compra dos angolanos”.

Para este responsável, além de outros aspetos uma das questões fundamentais que necessita de ser alterada é a problemática dos vistos dado que o processo de facilitação de vistos ainda não é o desejado, pelo menos para o sector do turismo (Vita, 2021).

Relativamente ao turismo. A ambição definida para Angola de acordo com o Ministério da Economia e Planeamento de Angola (2020) tem em consideração quatro elementos-chave: (i) diversos países num curto espaço de tempo tornaram-se destinos turísticos relevantes, (ii) o Turismo externo deverá ser o motor de crescimento, (iii) o Turismo de natureza e de aventura são os segmentos considerados com maior potencial de crescimento e (iv) posicionamento no eixo “*high spend*” e “*long stay*” para conseguir crescer (figura 9).

Figura 9 - Elementos chave da ambição de Angola para 2050

Elementos chave da ambição de Angola para 2050	Rationale
1 Diversos países com ponto de partida no turismo similar ao de Angola conseguiram “dar o salto”, tornando-se destinos turísticos relevantes no mundo	Países como Costa Rica, Namíbia, Marrocos e Ruanda potenciaram o sector do turismo com propostas de valor altamente diferenciadas e estratégias integradas de desenvolvimento de infra-estruturas e incentivos ao investimento privado
2 Mercados de origem internacional deverão ser o motor de crescimento	Mercados intercontinentais de EUA, Europa, China e Brasil como principais mercados emissores mundiais de turistas, complementados pelo crescimento do mercado regional, deverão compensar a reduzida expressão do mercado doméstico que deverá continuar com baixo rendimento disponível para turismo
3 Turismo de natureza e de aventura são os segmentos com maior potencial de crescimento	Angola com elevado número de locais com biodiversidade em estado puro, com potencial para ser competitivo se se posicionar como destino com atracções únicas relacionadas com natureza
4 Angola deverá posicionar-se no eixo “high spend” / “long stay” para conseguir crescer	Angola deverá posicionar-se no eixo “high-medium spend” / “long stay” para concorrer nos segmentos de natureza e aventura com outros mercados Africanos e ser atractivo para os principais mercados de origem de turistas (p.ex. EUA e Europa)

Fonte: Ministério da Economia e Planeamento de Angola (2020)

2.3 O Turismo em Angola e a Política de Vistos

Qualquer política de vistos é configurada por uma política externa alicerçada em compromissos nacionais e internacionais. Os múltiplos interesses que movem e ligam os Estados entre si, não são alheios à problemática da imigração pelo que a atribuição de vistos se reveste de especial importância e cruza desde logo o turismo. Também a Associação CEDESA-Centro de Estudos para o Desenvolvimento Económico e Social de África (CEDESA, 2022), relativamente aos vistos, considera que o processo já foi mais difícil, reconhecendo que existem avanços significativos, mas que, no entanto, precisam de ser melhorados, para atrair mais turistas.

Os princípios que nortearam a Política Externa Angolana desde a sua independência têm sido baseados nas relações que mantêm entre Estados. O visto é uma autorização do Estado que permite ao cidadão estrangeiro transitar, entrar e permanecer no território nacional, mediante o cumprimento das disposições previstas na Lei 13/19 de 23 de maio. O novo regime revogou a lei anterior (Lei n.º 2/07, de 31 de agosto) e introduziu alterações significativas, no Regime Jurídico dos Cidadãos Estrangeiros na República de Angola (RJCE), nomeadamente, a eliminação do tipo de visto ordinário e respetiva substituição pelo visto de turismo. No regime jurídico angolano existem diferentes vistos: Visto Diplomático, Oficial e de Cortesia, Visto de Trânsito, Visto de

Turismo, Visto de Curta Duração, Visto de Estudo, Visto de Tratamento Médico, Visto de Fixação de Residência, Visto Territorial de Investidor e Visto Territorial de Fronteira.

O visto de turismo destina-se ao cidadão estrangeiro que pretenda entrar em Angola, por razões familiares, para prospeção de negócios, para participar em atividades científicas e tecnológicas, ou em visita de carácter recreativo, desportivo ou cultural. O visto de turismo não permite a fixação de residência em território nacional, nem o exercício de qualquer atividade remunerada. É válido por 60 dias a partir da data de aprovação, e permite múltiplas entradas para uma estadia máxima de 30 dias, prorrogável por duas vezes, por igual período. Todos os cidadãos estrangeiros, com exceção dos cidadãos de nacionalidade isenta de visto, devem requerer o visto de entrada junto das autoridades governamentais angolanas. Angola tem acordo com Portugal pelo que os nacionais dos dois países têm vantagens. Esses benefícios variam de acordo com o tipo de visto solicitado.

Em termos de procedimento o visto de turismo é concedido pelas missões diplomáticas e consulares angolanas ao cidadão estrangeiro. A falta de algum dos documentos exigidos poderá implicar a recusa do processo. Sempre que necessário, compete às entidades responsáveis pela emissão o direito de pedir a apresentação de outros documentos, bem como, convocar o utente para uma entrevista. Nas novas modalidades de recusa de entrada de cidadão estrangeiros em Angola o novo regime jurídico inclui casos de falta de bilhete de passagem de retorno ao País de proveniência, falta de meios de subsistência comprovados, e razões que ponham em causa a saúde pública no caso de o cidadão estrangeiro apresentar um quadro de doenças infecciosas ou parasitárias contagiosas.

O Governo de Angola pode estabelecer e atualizar, unilateralmente ou por acordo, uma lista de países cujos cidadãos são isentos de vistos de entrada para estadias inferiores a noventa (90) dias por anos.

Em termos de moldura legislativa o decreto presidencial 56/18, de 20 de fevereiro, estabelece o regime de isenção e os procedimentos de simplificação dos atos administrativos para a concessão de visto de turismo, aos cidadãos nacionais das Repúblicas do Botswana, da Maurícia, das Seychelles e do Zimbabwe, e ainda de Singapura (nº1 artigo 2º) com base no "princípio de reciprocidade diplomática". Moçambique e África do Sul já tinham isenção de visto de turismo, que resultou dos acordos assinados entre os Governo destes dois países e o Angola. Os cidadãos

de Cabo Verde e do Ruanda, passaram a estar isentos de visto pelo decreto presidencial 150/18, de 19 de junho.

Os cidadãos de outros países de África e ainda da América, da Ásia, da Europa, e da Oceânia (cf. anexo II do decreto presidencial 56/18, de 20 de Fevereiro) passam a beneficiar do regime simplificado para concessão de vistos de turismo, cujas regras determinam que (i) as missões diplomáticas e consulares da República de Angola estão obrigadas a emitir vistos de turismo num prazo não superior a 3 dias úteis, e (ii) os pedidos de visto de turismo podem ser submetidos via online através do portal oficial do Serviço de Migração e Estrangeiros. Para o efeito é necessário a apresentação de comprovativo de reserva de hotel ou de acolhimento por cidadão residente em Angola, passaporte com validade superior a 6 meses, bilhete de passagem de ida e volta, comprovativo de meios de subsistência e de cartão internacional de vacinas atualizado. Termina, nomeadamente, a necessidade de uma carta de chamada, subscrita e reconhecida em Angola, em que um cidadão residente no país assume a responsabilidade e o convite à visita do cidadão estrangeiro, um dos maiores entraves à entrada de turistas em Angola. Estas medidas visam permitir facilitar o acesso de estrangeiros a Angola, sublinhando o mesmo documento a necessidade da adoção de medidas mais flexíveis que permita a entrada segura de cidadãos estrangeiros com capacidade de contribuição para o fortalecimento do sector do turismo. Esta estratégia político-diplomática pretende não só fomentar e dinamizar o turismo, mas igualmente promover a inserção competitiva de Angola no contexto internacional e aproveitar os benefícios da cooperação internacional que contribuam para melhorar os níveis de qualidade de vida do povo Angolano (Bembe, 2016).

No entanto, dos 15 países que mais viajam para Angola apenas em dois casos não é exigido visto prévio e em quatro não é exigido visto à chegada (figura 10). Para os dois principais países parceiros de Angola, Portugal e China (~37%), o processo é restritivo.

Figura 10 - Top 15 em número de chegadas a Angola e os requisitos de visto

Top 15 países em número de chegadas a Angola 2018		Requisitos de vistos	
Pais	Número de chegadas / ano	Visto prévio	Visto na chegada
 Portugal	27,4%	✓	✓
 China	9,4%	✓	✓
 Brasil	8,5%	✓	✓
 França	4,7%	✓	✓
 África de Sul	4,0%	✗	✗
 Reino Unido	3,6%	✓	✓
 EUA	3,1%	✓	✓
 Namíbia	2,9%	✗	✗
 Índia	2,7%	✓	✓
 Cuba	1,9%	✓	✓
 Rússia	1,9%	✓	✓
 Espanha	1,5%	✓	✓
 Filipinas	1,4%	✓	✗
 Itália	1,3%	✓	✓
 Vietname	1,2%	✓	✗

Fonte: Ministério da Economia e Planeamento de Angola (2020)

Capítulo 3 – Metodologia

Neste capítulo, apresenta-se a natureza e características do estudo, os instrumentos de recolha e as opções metodológicas.

3.1 Natureza e características do estudo

Tendo em consideração a pertinência de incrementar o desenvolvimento do turismo externo em Angola, o presente estudo tem como objetivo geral conhecer e analisar os procedimentos de atribuição de vistos para Turismo. Para o efeito e de modo a concretizar o objetivos geral e os seguintes objetivos específicos: Caracterizar a situação atual do Turismo em Angola; Compreender a realidade do Turismo externo em Angola; Analisar a política de vistos; Identificar a posição de intervenientes públicos e privados sobre a política de vistos; Perceber as repercussões da burocracia na atribuição de vistos sobre o Turismo externo em Angola, optou-se por um estudo de cariz misto, com uma abordagem quantitativa suportada em inquérito por questionário e uma abordagem qualitativa alicerçada em entrevistas semiestruturadas. Os dados qualitativos tendem a ser abertos, sem respostas pré-determinadas, enquanto os dados quantitativos incluem geralmente respostas fechadas, pelo que esta opção se justifica pela sua complementaridade. Enquanto a investigação quantitativa obtém os números que comprovam os objetivos gerais e específicos da investigação, os dados qualitativos permitem-nos compreender a complexidade e os detalhes da informação obtida (Creswell, 2014). As entrevistas representam um espaço privilegiado de recolha adicional de informação, a qual permite uma melhor compreensão dos resultados, assim como, uma visão mais aprofundada e abrangente dos resultados quantitativos obtidos (Fetters & Molina-Azorin, 2017; Teddlie & Tashakkori, 2009). O campo da investigação de métodos mistos é relativamente novo, com importantes trabalhos a serem desenvolvidos a partir de meados até finais da década de 1980. As suas origens, no entanto, remontam aos anos 50, quando Campbell e Fisk usaram diferentes abordagens para estudar características psicológicas, e apesar dos seus métodos incluírem apenas medidas quantitativas, incentivaram outros investigadores a recolher dados pela observação, por questionários e por entrevistas (Creswell, 2014). Como explicam Teddlie e Tashakkori (2009) cansados de discussões filosóficas, a investigação de métodos mistos surgiu como uma alternativa à dicotomia de abordagem qualitativa versus abordagem quantitativa. Estes autores sustentam a não incompatibilidade tendo como paradigma, que múltiplos métodos de

investigação para estudar o mesmo problema enriquece a investigação ao incorporar novas perspetivas sobre os resultados, ou o problema em questão, argumentando que cada método serve um objetivo específico e que a sua conjugação em nada diminui as suas valências e propósitos, muito pelo contrário, e que desde que adequados acrescentam valor à pesquisa (Teddle & Tashakkori (2009).

Sobre o percurso metodológico, o presente estudo foi realizado em cinco etapas. A primeira etapa, foi reservada à pesquisa bibliográfica, documental e estatística. Na segunda etapa e com base no trabalho desenvolvido anteriormente foram construídos os instrumentos de recolha de informação, questionário e guião de entrevista. A terceira etapa foi dedicada à realização das diligências necessárias para recolha da informação através do inquérito por questionário, elaborado o texto de apresentação do estudo e convite à participação do estudo, e construída a base de dados dos emails a enviar. Foram ainda realizados diversos contactos para aferir a disponibilidade para a realização das entrevistas. Na quarta etapa foi realizada a recolha, análise e tratamento estatístico, dos dados e informação recolhida através do questionário. Na quinta etapa foram realizadas as entrevistas, procedeu-se à discussão de resultados, da abordagem quantitativa e qualitativa e elaborou-se a conclusão e finalização do estudo.

3.2 Instrumentos de recolha de informação

Para a suportar a abordagem quantitativa foi construído um questionário na plataforma Google Forms, maioritariamente com perguntas fechadas e sempre que oportuno com escala de Likert (Anexo 1). O questionário foi elaborado com dezasseis questões e um espaço para comentários ou observações. Na elaboração das questões foram tidas em consideração as recomendações de Hill e Hill (2008) e considerados quatro grupos de questões. Um primeiro dedicado à caracterização sociodemográfica dos inquiridos, um segundo dedicado ao Papel dos Planos e do Governo no desenvolvimento do Turismo, um terceiro sobre fatores de desenvolvimento do Turismo externo em Angola, e um último dedicado à Política de Vistos (apêndice 1). Em termos de variáveis em estudo para a caracterização do perfil dos inquiridos contemplou-se variáveis sociodemográficas como idade, sexo, habilitações, estado civil e a identificação da entidade em que desenvolve maioritariamente atividade profissional. No segundo grupo procurou-se recolher informação sobre o contributo do Plano Diretor do Turismo de Angola e das medidas de apoio do governo para o desenvolvimento do turismo. No terceiro grupo

procurou-se identificar fatores que atuam como impulsionadores e aos quais se deve dedicar mais atenção. O quarto grupo foi dedicado à Política de Vistos, nomeadamente, em relação à legislação em vigor, às condições de atribuição e seu efeito na dinamização no número de entradas, aos acordos realizados pelo governo angolano, e à relação entre uma maior facilitação de vistos de turismo e o fomento da migração ilegal. Após validação do questionário por pré-teste, foi emitido um link de preenchimento, o qual foi divulgado por email, e nas redes sociais. Foi solicitado também a sua divulgação em instituições de ensino superior, nos cursos da área de Turismo, junto dos professores. O pré-teste representa um dos meios de aperfeiçoar os instrumentos de pesquisa e visa identificar erros e aferir a coerência e clareza das questões (Hill & Hill, 2008). Para suportar a abordagem qualitativa foi construído um guião de entrevista. Numa entrevista semiestruturada o guião de entrevista serve de linha condutora e deve salvaguardar a recolha de informação previamente definida, com alguma espontaneidade e mesmo improvisação. Como questões previamente estabelecidas considerou-se a pertinência de: identificar fatores que podem representar um forte obstáculo ao desenvolvimento do Turismo externo de Angola, a opinião dos entrevistados sobre a Política de Vistos, sobre o regime de isenções, sobre a pertinência dos acordos de isenção com alguns países e o risco potencial de migração ilegal via entrada com visto de turismo (quadro 3).

Quadro 3 - Guião de Entrevista

Etapa I Enquadramento	• Breve apresentação sobre os objetivos do trabalho. • Recolher nome, profissão/cargo e instituição do entrevistado. • Agradecer a participação no estudo e recolher o consentimento para a divulgação do conteúdo recolhido.
Etapa II Estruturação das Questões	1. Quais os principais fatores que considera que representam um forte obstáculo ao desenvolvimento do Turismo externo em Angola? 2. Relativamente à Política de Vistos, qual é a sua opinião. Acha que Angola deveria facilitar mais as entradas com Vistos de Turismo ou pelo contrário deveria ainda ser mais seletiva? O que acha mais adequado, simplificar procedimentos de atribuição de Vistos de Turismo, ou isentar cidadãos da obrigatoriedade de Visto de Turismo por país/nacionalidade. 3. A legislação em vigor consagra um regime de isenção de Vistos de Turismo em estadias até 30 dias por entrada e 90 dias por ano para alguns países, nomeadamente, África do Sul, Botswana, Ilhas Maurícias, Seychelles, Zimbabwe, Cabo Verde, Ruanda e Moçambique, concorda com esta legislação? Que outros países, considera que Angola deveria isentar de Visto de Turismo? Porquê? 4. Considera que um processo de facilitação de Vistos de Turismo pode fomentar a migração ilegal em Angola? Que países considera que podem representar um elevado risco de migração ilegal?

3.3 População Alvo e Amostra

Tendo como objetivo ouvir a “Voz” dos principais interlocutores e intervenientes no sector do turismo, optou-se pela constituição de uma amostra alargada que incluísse: Operadores Turísticos e Agências de Viagens; Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos; Empresas de Restauração e Similares; Estabelecimentos Hoteleiro/Alojamento; Empresas de Consultoria de Turismo; Instituições de Ensino Superior; Associações Empresariais de Turismo; Organismos e Serviços Governamentais. Não sendo possível dada a dimensão do universo e dificuldade de quantificação obter a representatividade da amostra, a opção metodológica recaiu na recolha de informação o mais abrangente e aprofundada possível. Nos últimos anos a valorização da “Voz” dos consumidores, parceiros e mercado tem contribuído para soluções de melhorias de planos e iniciativas, assim como, para a monitorização de resultados de políticas públicas, como é o caso de uma Política de Vistos.

Capítulo 4 – Análise, interpretação e discussão de resultados

Neste capítulo, apresentam-se os resultados obtidos no inquérito por questionário e através das entrevistas, procede-se à sua interpretação e discussão

4.1 Dados quantitativos do inquérito por questionário

Foram recolhidos e validados 93 questionários, tendo como critério de validação o preenchimento de todas as respostas obrigatórias. O questionário não foi construído tendo como premissa a existência de respostas certas ou erradas, mas sim com o objetivo de recolher a opinião sincera dos inquiridos. As variáveis quantitativas foram categorizadas, por forma a serem determinadas as respetivas frequências em valor absoluto e relativo. O questionário foi respondido via plataforma Google Forms e esteve disponível entre 20 de janeiro de 2023 e 16 de março de 2023. A idade mais frequente dos inquiridos foi 50 anos com 6,5% (n=6), o género foi o sexo masculino com 54,8% (n=51), as habilitações, o ensino superior com 76,3% (n=71) e o estado civil, o casamento/união de facto com 70,7% (n=65) (quadro 4).

Quadro 4 - Variáveis sociodemográficas

Variáveis	Categorias	N	%
Idade	25 a 29 anos	8	8,60
	30 a 39 anos	32	34,41
	40 a 49 anos	30	32,26
	50 a 59 anos	20	21,51
	60 a 69 anos	3	3,23
	Total	93	100
Sexo	Feminino	42	45,2
	Masculino	51	54,8
	Total	93	100
Habilitações Académicas	Ensino Básico	1	1,1
	Ensino Secundário	21	22,6
	Ensino Superior	71	76,3
	Total	93	100
Estado Civil	Solteiro	24	26,1
	Casado/União de facto	65	70,7
	Divorciado	2	2,2
	Viúvo	1	1,1
	Total	93	100

No que concerne à atividade profissional maioritariamente desenvolvida pelos inquiridos destacam-se como entidades mais frequentes os Estabelecimentos Hoteleiros/Alojamentos (24,73%; n=17), as Empresas de Restauração e Similares (22,58%; n= 21), e os Organismos e Serviços Governamentais (18,28%; n=17) que totalizam 65,59% da amostra inquirida (quadro 5).

Quadro 5 - Entidade em que os inquiridos desenvolvem maioritariamente atividade profissional

Variáveis	Categorias	N	%
Entidade de atividade profissional maioritária	Operador Turístico e Agência de Viagens	5	5,38
	Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos	6	6,45
	Empresas de Restauração e Similares	21	22,58
	Estabelecimento Hoteleiro/Alojamento	23	24,73
	Empresas de Consultoria de Turismo	4	4,30
	Instituições de Ensino Superior	12	12,90
	Associações Empresariais de Turismo	3	3,23
	Organismos e Serviços Governamentais	17	18,28
	Outra: Instituição Bancária	1	1,08
	Outra Ordem dos Advogados de Angola	1	1,08
Total		93	100

Relativamente à questão 6 - *Como classifica o contributo do Plano Diretor do Turismo de Angola no desenvolvimento do Turismo do país?* 55,9% (n=52) consideram insuficiente e 32,3% (n=30) consideram muito insuficiente.

Quadro 6 - Contributo do Plano Diretor do Turismo de Angola no desenvolvimento do Turismo

Questão 6	N	%
Muito Insuficiente	30	32,3
Insuficiente	52	55,9
Suficiente	7	7,5
Muito Suficiente	4	4,3
Total	93	100

Sobre a questão 7 - *Como considera as medidas de apoio do governo no desenvolvimento do Turismo em Angola?* 88,2% considera muito insuficiente ou insuficiente.

Quadro 7 – Medidas de apoio do governo para o desenvolvimento do Turismo em Angola

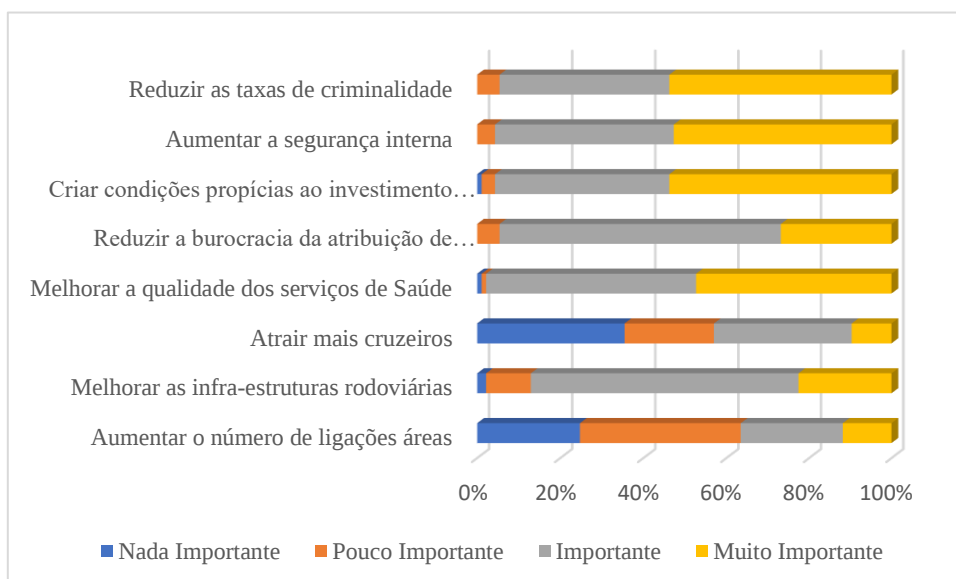
Questão 7	N	%
Muito Insuficiente	41	44,1
Insuficiente	41	44,1
Suficiente	5	5,4
Muito Suficiente	6	6,5
Total	93	100

Relativamente à questão 8 - *Das seguintes questões qual o grau de importância que atribui a cada uma para impulsionar o desenvolvimento do Turismo externo em Angola?* 97,85% dos inquiridos considera a necessidade de melhorar a qualidade dos Serviços de Saúde, sendo a questão considerada como Nada Importante “Atrair mais cruzeiros”.

Quadro 8 – Fatores com capacidade para impulsionar o desenvolvimento do turismo externo em Angola

Questão 8	Nada Importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante
Aumentar o número de ligações áreas	24,73	38,71	24,73	11,83
Melhorar as infraestruturas rodoviárias	2,15	10,75	64,52	22,58
Atrair mais cruzeiros	35,48	21,51	33,33	9,68
Melhorar a qualidade dos serviços de Saúde	1,08	1,08	50,54	47,31
Reduzir a burocracia da atribuição de vistos turísticos	0,00	5,38	67,74	26,88
Criar condições propícias ao investimento privado	1,08	3,23	41,94	53,76
Aumentar a segurança interna	0,00	4,30	43,01	52,69
Reduzir as taxas de criminalidade	0,00	5,38	40,86	53,76

Gráfico 1 - Fatores com capacidade para impulsionar o desenvolvimento do turismo externo em Angola



Sobre a questão 9 - *Que outros fatores considera importantes para impulsionar o desenvolvimento do Turismo externo em Angola?* foram recebidos 87 contributos, dos quais se destacam, o apoio do governo, a formação dos recursos humanos, a melhoria da qualidade dos serviços e o aumento e diversificação da oferta, nomeadamente, pela aposta em Safaris. É também referido que a burocracia na atribuição de vistos deve ser reduzida, e que tem de ser atribuída maior importância à segurança interna.

No que concerne à questão 10 - *Considera que a Política de Vistos em vigor representa um incentivo para a deslocação para outros destinos em detrimento de Angola?* 59,1% dos inquiridos Concorda ou Concorda Totalmente.

Quadro 9 – A Política de Vistos em vigor representa um incentivo para a deslocação para outros destinos em detrimento de Angola?

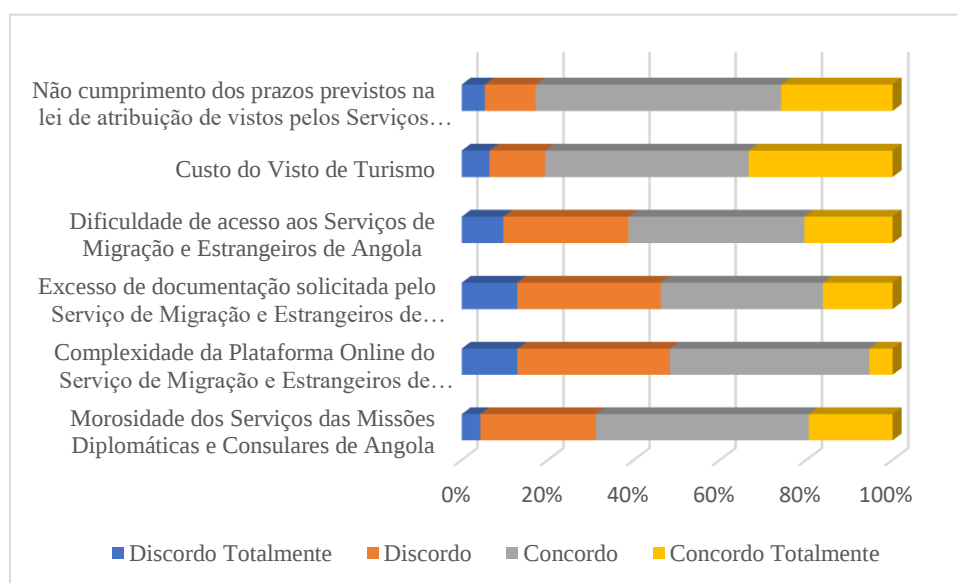
Questão 10	N	%
Discordo Totalmente	6	6,5
Discordo	32	34,4
Concordo	36	38,7
Concordo Totalmente	19	20,4
Total	93	100

No contexto da Política de Vistos de Turismo, os inquiridos foram questionados sobre quais os maiores entraves à dinamização do Turismo externo (questão 11), tendo 82,80% considerado o não cumprimento dos prazos previstos na lei de atribuição de vistos pelos Serviços Competentes, e 80,65% o Custo do Visto de Turismo.

Quadro 10 - No contexto da Política de Vistos de Turismo, quais considera serem os maiores entraves à dinamização do Turismo externo?

Questão 11	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
Morosidade dos Serviços das Missões Diplomáticas e Consulares de Angola	4,30	26,88	49,46	19,35
Complexidade da Plataforma Online do Serviço de Migração e Estrangeiros de Angola	12,90	35,48	46,24	5,38
Excesso de documentação solicitada pelo Serviço de Migração e Estrangeiros de Angola	12,90	33,33	37,63	16,13
Dificuldade de acesso aos Serviços de Migração e Estrangeiros de Angola	9,68	29,03	40,86	20,43
Custo do Visto de Turismo	6,45	12,90	47,31	33,33
Não cumprimento dos prazos previstos na lei de atribuição de vistos pelos Serviços Competentes	5,38	11,83	56,99	25,81

Gráfico 2 - No contexto da Política de Vistos de Turismo, quais considera serem os maiores entraves à dinamização do Turismo externo?

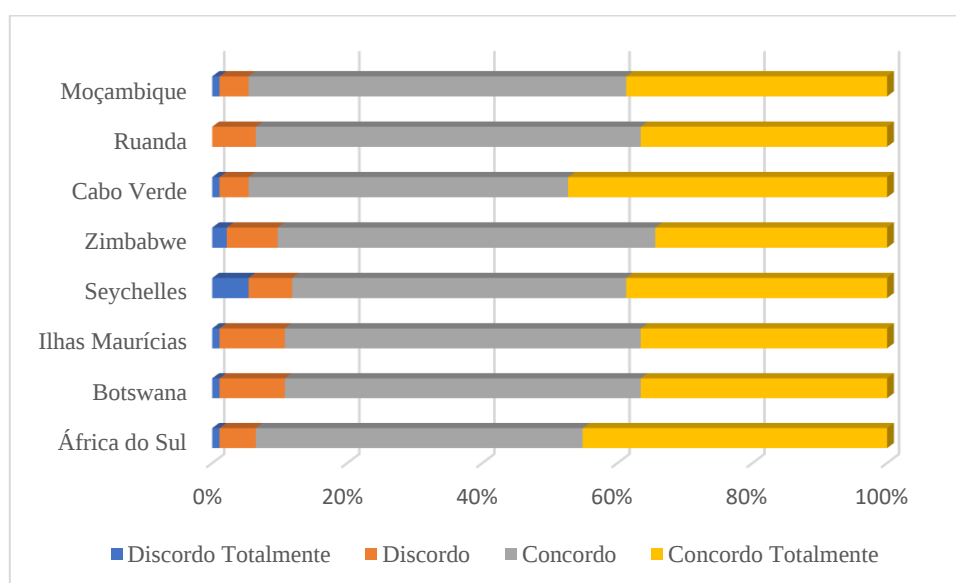


Em relação à questão 12 - *Na legislação em vigor sobre a Política de Vistos Angolana, os seguintes países africanos estão isentos de Visto de Turismo em estadias até 30 dias por entrada e 90 dias por ano. Indique o seu grande de concordância com esta isenção para cada um dos países, sendo Cabo Verde e o Ruanda os países que receberam maior grau de concordância com 94,62% (Concordo e Concordo Totalmente). O país que recebeu maior grau discordância foram as Seychelles (Discordo Totalmente e Discordo).*

Quadro 11 – Grau de concordância com a isenção de Vistos de Turismo por país

Questão 12	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
África do Sul	1,08	5,38	48,39	45,16
Botswana	1,08	9,68	52,69	36,56
Ilhas Maurícias	1,08	9,68	52,69	36,56
Seychelles	5,38	6,45	49,46	38,71
Zimbabwe	2,15	7,53	55,91	34,41
Cabo Verde	1,08	4,30	47,31	47,31
Ruanda	0,00	6,45	56,99	36,56
Moçambique	1,08	4,30	48,39	38,71

Gráfico 3 - Grau de concordância com a isenção de Vistos de Turismo por país



Sobre a questão 13 - *A legislação em vigor consagra o regime de isenção de Vistos, mas também um regime simplificado para facilitação da atribuição Vistos de Turismo a cidadãos de 35 países. Considera que se deveria isentar de Visto de Turismo mais países, em vez de simplificar só os procedimentos?* A posição dos inquiridos é muito clara com 92,5% a optarem entre o grau de concordância – Concordo e Concordo Totalmente.

Quadro 12 – Grau de concordância com a Política de Vistos de Turismo

Questão 13	N	%
Discordo Totalmente	1	1,1
Discordo	6	6,5
Concordo	50	53,8
Concordo Totalmente	36	38,7
Total	93	100

No que concerne à questão 14 - *Que países considera que Angola deveria isentar de Visto de Turismo?* o país que mais se destaca é Portugal com 12, 75%.

Quadro 13 - Países que deveriam estar isentos de Visto de Turismo

Países e grupos de Países	N	%	Países e grupos de Países	N	%
África do Sul	1	0,98	Índia	1	0,98
Alemanha	4	4,90	Israel	1	0,98
Argentina	1	0,98	Itália	2	1,96
Áustria	1	0,98	México	1	0,98
Brasil	11	10,78	Países da SADEC	2	1,96
Camarões	1	0,98	Países PALOP	2	1,96
Canadá	2	1,96	Panamá	1	0,98
China	2	1,96	Portugal	13	12,75
Cuba	1	0,98	Quênia	4	3,92
Dubai	2	1,96	Reino Unido	4	3,92
Egipto	3	2,94	Rússia	1	0,98
Emiratos Árabes Unidos	3	2,94	São Tomé	1	0,98
Espanha	2	1,96	Tanzânia	2	1,96
Estados Unidos América	11	10,78	Tunísia	1	0,98
França	5	4,90	Uganda	2	1,96
Grécia	4	3,92	União Europeia	3	2,94
Havai	1	0,98	Zâmbia	3	2,94
Holanda	2	1,96	-	-	-

Sobre a questão 15 - *Qual o grau de probabilidade que associa entre o processo de facilitação do Visto de Turismo e o fomento da migração ilegal?* 81,7% dos inquiridos considera ser provável ou muito provável.

Quadro 14 – Associação da facilitação de Vistos de Turismo com o fomento da migração ilegal

Questão 15	N	%
Muito Improvável	5	5,4
Improvável	4	4,3
Neutro	8	8,6
Provável	44	47,3
Muito Provável	32	34,4
Total	93	100

Relativamente à questão 16 - *Qual o grau de probabilidade que associa entre o processo de facilitação do Visto de Turismo e o desenvolvimento do turismo externo?* 65,6% considera provável ou muito provável.

Quadro 15 - Associação da facilitação de Vistos de Turismo e o desenvolvimento do turismo externo

Questão 16	N	%
Muito Improvável	4	4,3
Improvável	4	4,3
Neutro	24	25,8
Provável	33	35,5
Muito Provável	28	30,1
Total	93	100

4.2 Dados qualitativos obtidos pelas entrevistas

As entrevistas foram realizadas durante o mês de fevereiro de 2023, presencialmente, com agendamento prévio, apresentação do tema e objetivos em estudo. Os entrevistados foram o Dr. Eugénio Kango Clemente, a Dra. Geovânia Carmelino de Sousa e o Dr. Domingos Manuel, doravante designados E1, E2 e E3 respetivamente.

Eugénio Kango Clemente (E1), atualmente consultor turístico, foi Diretor Geral do INFOTUR (Instituto de Fomento Turístico) entre 2013 e 2018. Anteriormente tinha sido assessor do Ministro do Turismo para área de Comunicação (2009 a 2013). Para E1 o Plano Diretor aprovado em 2011 tinha como objetivo atrair o turismo externo, mas o plano não atingiu o seu objetivo. O sector enfrenta inúmeras dificuldades e não consegue passar uma mensagem, tanto no interior como no exterior, de atratividade. Não conseguindo o sector resolver por si, é necessária uma intervenção para existir o ambicionado fomento. Dos principais fatores impeditivos E1 destaca a necessidade de incutir em cada cidadão angolano os costumes da boa convivência (limpeza), isto é, não deitar o lixo na rua, para garantir uma cidade limpa que atraia a atenção dos possíveis turistas, a baixa remuneração dos funcionários do sector, a necessidade de formação e que o não domínio de nenhuma língua estrangeira dificulta a comunicação com os turistas. A não existência de uma rede de transportes para o apoio aos turistas tal com se vê noutros lugares do mundo, obriga a que cada turista encontre por si os meios para visitar os pontos turístico. Segundo E1 esta falta de condições faz com que o turista não queira regressar. Não existe um mapa ou um leque de atratividade para atrair mais turistas a conhecer o País. Sobre a Política de Vistos E1 considera que se deveria facilitar dado que assim mais turistas teriam interesse em conhecer o País e que os dois métodos - simplificar procedimentos de atribuição de Vistos de Turismo e isentar cidadãos da obrigatoriedade de Visto de Turismo por país/nacionalidade, podem ser validos. Para E1 o mais importante é que haja um controlo por parte das autoridades, que haja uma base de dados rigorosa para identificação de todo turista que entra e sai no devido tempo e que é evidente que existem países que constituem um risco, pelo que há a necessidade de uma selecção sobre quem entra. E1 concorda com a legislação em vigor que consagra um regime de isenção de Vistos de Turismo em estadias até 30 dias por entrada e 90 dias por ano para alguns países, e explica que em países como Cabo-Verde, África do Sul, Botswana, Ilhas Maurícias e tantos outros, dado o seu nível de crescimento no sector do Turismo, podem contribuir para alavancar o crescimento do sector em

Angola. Os outros países que deveriam ser isentos seriam: a Rússia, Alemanha, Grã-Bretanha, por possuírem grande experiência no que toca a atividade turística. Eles podiam de certa forma contribuir para o fomento do turismo no nosso País. E1 explica ainda que a facilitação de vistos é sempre um processo bem-vindo pois, diminui os transtornos que o turista pode vir a ter na obtenção do visto. Este processo só vai fomentar a migração ilegal caso não haja um controlo por parte das autoridades locais. Em relação aos países que podem representar um risco de migração, denominados “de Risco”, são os conhecidos como os que estão ligados ao terrorismo. Estes sim devem ser controlados desde a altura do pedido de visto até ao momento em que, caso lhes sejam atribuídos os vistos.

Relativamente ao segundo entrevistado, a Dra. Geovânia Carmelino de Sousa (E2) é Gestora na área do Turismo e atualmente Diretora de Vendas do Hotel Palmeiras Talatona em Luanda.

Sobre os principais fatores que representam um forte obstáculo ao desenvolvimento do Turismo externo em Angola, E2 destaca a falta de investimento, a pouca oferta de alojamento hoteleiro e a falta de promoção. A promoção do Turismo não é suficiente para que o sector atinja níveis elevados. Para a Dra. Geovânia, é necessário que existam apoios institucionais para criar e desenvolver infraestruturas que funcionem como atrações turísticas e que permitam: visitas a lugares históricos, paisagens naturais, aldeias, etc. Sobre as questões relacionadas com a Política de Vistos, E2 considera que é muito importante que se facilite a entrada com vistos de turismo, para dinamizar o interesse por parte do turista em conhecer o País. Tanto a política de facilitação de entradas como uma política mais seletiva devem ser utilizadas, tudo vai depender do País de procedência. E2 concorda com a legislação em vigor que consagra um regime de isenção de Vistos de Turismo em estadias até 30 dias por entrada e 90 dias por ano para países como África do Sul, Botswana, Ilhas Maurícias, Seychelles, Zimbabwe, Cabo Verde, Ruanda e Moçambique, e considera que pode ter um grande impacto no desenvolvimento do turismo em Angola, pela sua vasta experiência na área. Considera ainda que países como a China, Brasil, Rússia, etc., pelo grau de desenvolvimento deveriam ser considerados na listagem de países isentos de visto de turismo. E2 considera que um processo de facilitação de Vistos de Turismo pode fomentar a migração ilegal em Angola, mas também pode não fomentar. Face à resposta “Sim e não” E2 explica que tudo vai depender do grau de organização e controlo governamental e que existem realidades muito

diferentes. Naturalmente países em conflitos armados ou com um índice de terrorismo elevado, apresentam um conjunto de riscos que não se verificam em outros países.

Domingos Manuel (E3) é agente turístico e professor universitário. Para E3 a falta de investimentos no sector do turismo tais como em infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aéreas e hoteleiras, constituem obstáculos ao desenvolvimento do turismo externo em Angola, a que acrescem a burocracia nas representações consulares, os custos elevados para obtenção dos vistos e a fraca qualificação e preparação dos envolvidos, destacando que o sector precisa de um forte impulsionamento por parte das instituições governamentais para conseguir atrair mais turistas. Sobre a política de vistos de turismo E3 defende que Angola deve facilitar mais as entradas com visto de Turismo tendo em conta que se pretende atrair mais turistas para o País. Para alguns países e principalmente os emergentes, podem ou devem beneficiar de isenção de vistos porque estes podem de alguma forma contribuir para o próprio crescimento do Turismo nacional. A simplificação também pode existir tendo em conta o controlo dos cidadãos que entram no País. E3 também concorda com a legislação em vigor que consagra um regime de isenção de Vistos de Turismo em estadias até 30 dias por entrada e 90 dias por ano para alguns países, explicando que estamos a falar de países que têm uma vasta experiência no sector e de certa forma será uma mais-valia para o turismo no país. Os países que Angola deve isentar de vistos de Turismo são: Alemanha, França, Grécia, Dubai, porque são Países com grande potencial e experiência no ramo do turismo. E3, à semelhança dos anteriores entrevistados defende a política de isenção de vistos para alguns países, mas considera que um processo de facilitação de vistos de Turismo é um dos fatores que influencia a migração ilegal, referindo que a falta de controlo das autoridades competentes associada a uma política de isenção representa um risco elevado para países como: RDC, RCA, Iémen, e países em conflito armado ou com potenciais terroristas.

4.3 Discussão dos dados quantitativos e qualitativos obtidos

Os resultados obtidos via inquérito por questionário, apresentam na maioria das respostas um grande consenso expresso por valores percentuais muito elevados. Neste sentido, e dado que as potencialidades do turismo em Angola são inquestionáveis é fundamental acautelar aspetos do ponto de vista das políticas públicas, dado que para a maioria dos inquiridos o contributo do Plano Diretor do Turismo para o desenvolvimento do turismo tem sido insuficiente (55, 9%) ou muito insuficiente (32,3%). Estes resultados estão em sintonia com os observados na fundamentação teórica e com a informação disponibilizada pelo Ministério da Economia e Planeamento de Angola (2020). A necessidade de medidas efetivas de apoio ao desenvolvimento do turismo é uma questão também consensual para os entrevistados. É muito interessante a importância atribuída pelos inquiridos à qualidade dos Serviços de Saúde no desenvolvimento do turismo. Efetivamente, não nos podemos esquecer que a Pandemia, não só alterou formas de viver e trabalhar, mas também de pensar, promovendo novos comportamentos e preocupações. As motivações turísticas e as razões de escolha de um destino são um fenómeno dinâmico e evolutivo que deve ser acautelado nas estratégias de desenvolvimento do turismo. Sobre a política de vistos é consensual que a isenção de vistos e processos de facilitação, nomeadamente, pela redução de burocracia são questões fundamentais na escolha e atratividade de um destino, no entanto, é notória a preocupação com uma possível associação ao desenvolvimento da migração ilegal. Segundo os inquiridos, face à listagem em vigor dos países em que existe isenção de visto, não se evidencia numa oposição significativa a nenhum país, sendo ainda sugerido um conjunto significativo de países que deveriam usufruir de isenção, com especial destaque para Portugal. É interessante destacar que apesar dos receios sobre o fomento da migração ilegal, a maioria dos inquiridos evidencia uma forte associação entre a política de vistos e o desenvolvimento do turismo, não só no formato de isenção de vistos, mas também no formato de facilitação. Os entrevistados salientam a importância de associar à política de vistos mecanismos de controlo como procedimento de combate à imigração ilegal, e imposição de restrições a certos países considerados por razões diversas, mas óbvias de risco (Ministério da Economia e Planeamento de Angola, 2020).

Conclusões

Tendo como evidencia que o número de turistas em Angola tem ficado muito aquém das expectativas, o presente estudo teve como propósito analisar como a política de atribuição de vistos turismo pode auxiliar ou condicionar o desenvolvimento do turismo.

Neste sentido, a dissertação procurou responder à seguinte questão de partida: Em que medida a política de atribuição de vistos representa um constrangimento para o desenvolvimento do Turismo externo em Angola? Efetivamente, Angola tem um património natural, cultural e histórico com um potencial enormíssimo, no entanto, e após algum crescimento impulsionado pelo clima de paz vivenciado após 2002, desde 2013 que os dados do turismo externo evidenciam uma tendência de queda e o turismo interno, apesar de algum dinamismo tem sido ao longo dos últimos anos diminuto, sendo a contribuição do setor para o produto interno cerca de um terço comparativamente com os países da SADC. Ainda em comparação com os países da SADC, a contribuição total do turismo para a empregabilidade é bastante inferior, assim como o investimento público e privado no setor, o que obviamente se repercute na qualidade da oferta turística e das infraestruturas (Ministério da Economia e Planeamento de Angola, 2020). A falta de uma maior abertura na concessão dos vistos de entrada nos principais mercados emissores de turistas do mundo e o reduzido poder de compra dos angolanos, a que acresce são a falta de medidas concretas de apoio e incentivo ao turismo e de valorização dos recursos turísticos são algumas das fragilidades do setor segundo o diretor-geral do Infotur (Mateus, 2021).

De acordo com o relatório Angola 2050, Sector: Turismo, Angola tem condições naturais para se posicionar como destino de referência no segmento de turismo de aventura, mas não tem nem histórico, nem infraestruturas para grandes eventos de desporto, nem como referencia em bem-estar, nem portos para receber cruzeiros. Neste sentido, é necessário um grande esforço, sendo o segmento dos negócios o que assegura maior competitividade de imediato (Ministério da Economia e Planeamento de Angola, 2020) pelo que a política de vistos se revela de máxima importância para o setor.

A obrigatoriedade de aquisição de visto de entrada, com o aumento crescente de viajantes, transformou a gestão de fronteiras num pilar para fomentar movimentos migratórios seguros, que garantam o bem-estar, a salvaguarda dos direitos humanos e o combate à migração ilegal. Assim, e sem desrespeito sobre a complexidade do turismo e da sua dinâmica de interdependência com

fatores como recursos naturais, infraestruturas ou serviços, conclui-se que o êxito das políticas de desenvolvimento do turismo a médio e longo prazo, somente podem ser bem-sucedidas se houver continuidade e sintonia com a política de vistos de turismo. Neste sentido, a política de vistos, seja pela concessão de isenção a países, seja pela facilitação tem de estar em sintonia com a estratégia de desenvolvimento do turismo, tendo em consideração que não faz sentido que dos quinze países que mais viajam para Angola apenas em dois casos não é exigido visto prévio e em quatro não é exigido visto a chegada. Para os dois principais países parceiros de Angola, Portugal e China, o processo é restritivo.

Não sendo um processo fácil, é essencial que Angola implemente medidas que visem garantir um fluxo eficaz de turistas, o que se não for consubstanciado no alargamento do número de países com isenção de visto de turismo, tem de ser assegurado pela diminuição da burocracia, custos e procedimentos. Os documentos de viagem, passaportes e cartões de identificação eletrónicos, permitem combater a fraude de identidade, a migração ilegal e reforçar as medidas de segurança nas fronteiras.

O objetivo proposto de conhecer e analisar os procedimentos de atribuição de vistos para Turismo externo em Angola e respetivos objetivos específicos foram concretizados e permitem recomendar que para utilizar a política de vistos de turismo como um instrumento de estratégia de desenvolvimento do turismo, ou de não constrangimento, deve ser assegurada a melhoria da operacionalidade dos serviços pela utilização de tecnologias digitais e uma gestão integrada das fronteiras pela introdução de tecnologia inteligente que permita o controlo de entradas e a monitorização do cumprimento dos prazos em vigor nos vistos e nas isenções.

Cada vez existem mais sistemas automatizados de controle de entradas que combinam as mais recentes tecnologias de hardware de *engate* com software avançado de reconhecimento e controle de fronteiras. Estas novas ferramentas tecnológicas não são apenas uma solução rápida e segura para aeroportos e autoridades de fronteira, mas também proporcionam uma experiência agradável para os passageiros, fazendo da gestão tecnológica de fronteiras um instrumento estratégico no campo da segurança nacional, mas também no desenvolvimento do turismo.

Finalmente, no que respeita a estudos futuros, seria interessante aferir se poder cruzar uma fronteira em apenas alguns segundos é ou não um fator valorizado pelos turistas como razão de escolha de um destino e por inerência um fator de atratividade de um destino. Outra questão interessante seria aferir se a eliminação das barreiras de idioma, com a utilização de sistemas de

controlo automatizado, também é valorizada e, por conseguinte, configura um fator de atratividade na escolha de Angola como destino turístico.

Bibliografia

- Assaf, A. G., & Tsionas, M. (2019). A review of research into performance modeling in tourism research - Launching the Annals of Tourism Research curated collection on performance modeling in tourism research. *Annals of Tourism Research*, 76, pp. 266-277.
doi:10.1016/j.annals.2019.04.010
- Baloch, Q. B., Shah, S., Iqbal, N., Sheeraz, M., Asadullah, M., Mahar, S., & Khan, A. (2022). Impact of tourism development upon environmental sustainability: a suggested framework for sustainable ecotourism. *Environmental Science and Pollution Research*, pp. 1-14. doi:10.1007/s11356-022-22496-w
- Banco Mundial. (2013). *Angola Economic Update. Desenvolvimentos e questões económicas que moldam o futuro de Angola*. Luanda, Angola: Banco Mundial.
- Banco Mundial. (2022). *Angola: aspectos gerais*. Obtido em 12 de Novembro de 2022, de O Banco Mundial em Angola: <https://www.worldbank.org/pt/country/angola/overview>
- Bank, M. v., & Bank, C. (2019). Rethinking our relationship to the natural environment through legally compliant sustainable tourism. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, 8(2), pp. 1-10.
- Bembe, M. D. (2016). A Política Externa Angolana: Doutrina e prática. *Revista Angolana de Ciências Sociais*, 6(11), pp. 25-55. doi:10.4000/mulemba.1281
- Beni, M. C., & Moesch, M. (2016). Do discurso da Ciência do Turismo para a Ciência do Turismo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 25, pp. 9-30.
- Calero, C., & Turner, L. (2019). Regional economic development and tourism: A literature review to highlight future directions for regional tourism research. *Tourism Economics*, 16(1), pp. 1-24. doi:10.1177/1354816619881244
- Cárdenas-García, P. J., & Pulido-Fernández, J. (2017). Tourism as an economic development tool. Key factors. *Current Issues in Tourism*, pp. 2082-2108.
doi:10.1080/13683500.2017.1420042
- Cavalheiro, M. B., Joia, L., & Cavalheiro, G. (2019). Towards a Smart Tourism Destination Development Model: Promoting Environmental, Economic, Socio-cultural and Political Values. *Tourism Planning & Development*, pp. 237-259.
doi:10.1080/21568316.2019.1597763

- Centro de Estudos e Investigação Científica (CEIC). (2021). *Angola Economic Report 2019 - 2020*. Luanda, Angola: Universidade Católica de Angola.
- Centro de Estudos para o Desenvolvimento Económico e Social de África (CEDESA). (2022). *Acelerar o turismo em Angola*. Obtido em 15 de Outubro de 2022, de CEDESA. Pesquisa e Análise Independente: https://www.cedesa.pt/2022/05/22/acelerar-o-turismo-em-angola/#_ftn1
- Centro de Estudos Sociais (CES). (2007). *Ajuda internacional e consolidação da paz em Angola Conclusões e recomendações*. Luanda: Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra.
- Chambassuco, M. (2022). *Programa de investimentos públicos disponibilizou apenas 52 milhões Kz em cinco anos*. Obtido em 24 de Novembro de 2022, de Expansão: <https://expansao.co.ao/angola/interior/programa-de-investimentos-publicos-disponibilizou-apenas-52-milhoes-kz-em-cinco-anos-110455.html>
- Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). (2011). *Mapeamento da situação do turismo na República de Angola*. Switzerland: Organização das Nações Unidas.
- Consulado Geral da República de Angola no Porto. (2014). *Angola*. Obtido em 02 de Novembro de 2022, de Viagens & Turismo: <http://www.consuladogeralangola-porto.pt/pt/informacao-geral>
- Cres, J. W. (2014). *Research Design. Qualitative, Quantitative , and Mixed Methods Approaches* (4th ed.). United States of America: SAGE Publications, Inc.
- Cunha, L. (2010). *A Definição e o Âmbito do Turismo: um aprofundamento necessário*. Obtido em 02 de Outubro de 2022, de CPES - Atas de Conferências Nacionais: <http://hdl.handle.net/10437/665>
- Cunha, L. (2017). *Turismo e Desenvolvimento. Realidades e Prespectivas*. Lisboa: Lidel.
- DadosMundiais.com. (2023). *Turismo em Angola*. Obtido em 04 de Março de 2023, de <https://www.dadosmundiais.com/africa/angola/turismo.php>
- Dalal-Clayton, B., & Bass, S. (2000). Environmental Planning Issues. *National Strategies for Sustainable Development: the challenge AHEAD*, pp. 1-30.
- Datosmacro.com. (2022). *Angola - Turismo internacional*. Obtido em 14 de Novembro de 2022, de Expansión: <https://pt.countryeconomy.com/comercio/turismo-internacional/angola>

- Decreto presidencial 56/18, de 20 de Fevereiro. (2018). Estabelece o regime de insenção e os procedimentos de simplificação dos actos administrativos para a concessão de visto de turismo. *Diário da República I Série* nº 25, pp. 598-600.
- Decreto Presidencial nº 150 de 19 de Julho. (2018). Altera o nº 1 do Anexo sobre o Regime Jurídico dos Estrangeiros. *Diário da República I Série* nº 90, p. 3463.
- Diário Económico. (2022). *Angola: Defendida Criação “no Curto Prazo” de Zonas Especiais de Turismo*. Obtido em 28 de Novembro de 2022, de <https://www.diarioeconomico.co.mz/2022/05/23/mundo/africa/angola-defendida-criacao-no-curto-prazo-de-zonas-especiais-de-turismo/>
- Dias, M. O. (2013). O desenvolvimento por múltiplos caminhos. *Gestão e Desenvolvimento*, 21, pp. 83-100.
- Diniz, F. (2010). *Crescimento e Desenvolvimento Económico. Modelos e Agentes do Processo* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Elmo, G. C., Arcese, G., Valeri, M., Poponi, S., & Pacchera, F. (2020). Sustainability in Tourism as an Innovation Driver: An Analysis of Family Business Reality. *Sustainability*, 12, pp. 1-14. doi:10.3390/su12156149
- Fayos-Solà, E., & Cooper, C. (2019). *The Future of Tourism. Innovation and Sustainability*. Switzerland: Springer International Publishing AG. doi:10.1007/978-3-319-89941-1
- Ferreira, E. M. (2020). *Estudo da Cadeia de Valor do Sector do Turismo em Angola*. Luanda: Governo de Angola.
- Fetters, M. D., & Molina-Azorin, J. (2017). The Journal of Mixed Methods Research Starts a New Decade: The Mixed Methods Research Integration Trilogy and Its Dimensions. *Journal of Mixed Methods Research*, 11(3), pp. 291-307. doi:10.1177/1558689817714066
- Gomes, J. (2019). *Governo prepara um novo Plano Director do Turismo*. Obtido em 22 de Novembro de 2022, de Jornal de Angola: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/governo-prepara-um-novo-plano-director-do-turismo/>
- Governo de Angola. (2018). *Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022*. Luanda: República de Angola.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2008). *Investigação por Questionário* (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.

- Klarin, T. (2018). The Concept of Sustainable Development: From its Beginning to the Contemporary Issues. *Zagreb International Review of Economics & Business*, 21(1), pp. 67-94. doi:10.2478/zireb-2018-0005
- Lamas, S. A., Silva, C., Hofstaetter, M., Souza, C., & Júnior, S. (2018). Sustentabilidade no Turismo ou Turismo Sustentável: uma revisão conceitual. Em M. C. Santos, F. Perna, J. Santos, L. Pereira, & A. Renda, *Sustentabilidade: O Futuro do Turismo* (pp. 85-102). Faro: UAlg ESGHT.
- Lei 13/19 de 23 de Maio. (2019). Lei sobre o regime jurídico dos cidadãos estrangeiros na República de Angola. *Diário da República I Série N° 71*, pp. 3439-3457.
- Lenzen, M., Sun, Y.-Y., Faturay, F., Ting, Y.-P., Geschke, A., & Malik, A. (2018). The carbon footprint of global tourism. *Nature Climate Change*, 8(6), pp. 522-528. doi:10.1038/s41558-018-0141-x
- Lusa. (2018a). *Turismo em Angola rendeu 30,3 ME ao Estado em 2017 com 260 mil visitantes*. Obtido em 24 de Novembro de 2022, de Diário de Notícias: <https://www.dn.pt/lusa/turismo-em-angola-rendeu-303-me-ao-estado-em-2017-com-260-mil-visitantes-9851552.html>
- Lusa. (2018b). *Visto de Turismo para Angola facilitado e emitido já em Luanda*. Obtido em 28 de Novembro de 2022, de África. Angola: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/mundo/africa/angola/detalhe/visto-de-turismo-para-angola-facilitado-e-emitido-ja-em-luanda>
- Lusa. (2021). *Angola apresenta primeiro relatório voluntário sobre desenvolvimento sustentável na ONU*. Obtido em 28 de Outubro de 2022, de Mundo: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/angola-apresenta-primeiro-relatorio-voluntario-sobre-desenvolvimento-sustentavel-na-onu_n1335159
- Marcelino, H. (24 de Setembro de 2021). Plano Director do Turismo enferma de algumas incongruências de planeamento. *Expansão. Grande Entrevista*. (M. Gomes, Entrevistador) Obtido de <https://expansao.co.ao/grande-entrevista/interior/plano-director-do-turismo-enferma-de-algumas-incongruencias-de-planeamento-104584.html>
- Martins, C. A., & Morais, A. (2016). O contributo do Turismo para o desenvolvimento das regiões. *Gaia Scientia. Edição Especial Europa*, 10(2), pp. 84-91. doi:10.21707/gs.v10.n02a09

- Mateus, V. (2021). *Os resultados da estratégia para o turismo ainda são incipientes*. Obtido em 16 de Março de 2023, de Jornal de Angola: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/os-resultados-da-estrategia-para-o-turismo-ainda-sao-incipientes/>
- Mensah, J. (2019). Sustainable development: Meaning, history, principles, pillars, and implications for human action: Literature review. *Cogent Social Sciences*, 5(1653531), pp. 1-21. doi:10.1080/23311886.2019.1653531
- Mete, E. (2022). The Relationship Between Tourism and Economic Growth in the scope of Economic Freedom and Freedom of Investment. *Advances in Hospitality and Tourism Research*, 10(2), pp. 232-250. doi:10.30519/ahtr.930826
- Ministério da Economia e Planeamento de Angola. (2020). *Angola 2050. Sector: Turismo. Estratégia sectorial – versão preliminar*. Luanda: Governo de Angola.
- Ministério da Hotelaria e Turismo (Minhotur). (2013). *Plano Director do Turismo de Angola*. Luanda: República de Angola.
- Mourão, J. H. (2009). Turismo como ciência? *Percursos & Ideias. Revista Científica do ISCET*, 1(2ª Série), pp. 167-171.
- Mourão, J. M. (2000). Desenvolvimento sustentável do turismo- princípios, fundamentos e prática. *GeoINova. Revista do Departamento de Geografia e Planeamento Regional*, 2, pp. 87-117.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2016). *Guia sobre Desenvolvimento Sustentável. 17 objetivos para transformar o nosso mundo*. Bruxelas: Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (2021). *Angola tem mais três anos para sair da categoria de País Menos Avançado*. Obtido em 04 de Novembro de 2022, de ONU News. Perspectiva Global Reportagens Humanas: <https://news.un.org/pt/story/2021/02/1741232>
- Organização Mundial do Turismo (OMT). (1999). Resoluciones. *Conferencia Mundial Enzo Paci sobre la Evaluación de la Incidencia Económica del Turismo* (pp. 1-14). Niza, Francia: Organización Mundial del Turismo (OMT).
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). (2002). *Rumo a um Desenvolvimento Sustentável - Indicadores Ambientais* (Vol. 9). Salvador, BA - Brasil: Centro de Recursos Ambientais (CRA).

- Pakman, E. T. (2014). Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico. *XI Seminário Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo* (pp. 1-20). São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR).
- Perkumienė, D., Pranskūnienė, R., Vienažindienė, M., & Grigienė, J. (2020). The Right to A Clean Environment: Considering Green Logistics and Sustainable Tourism. *International Journal Environmental Research and Public Health*, 17(3254), pp. 1-23.
doi:10.3390/ijerph17093254
- Piedade, J. (2007). *Angola: a terra fértil para a hotelaria*. Obtido em 22 de Outubro de 2022, de Publituris. Alojamento: <https://www.publituris.pt/2007/12/05/angola-a-terra-fertil-para-a-hotelaria>
- Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI). (2022). *O Sector em Angola*. Obtido em 15 de Novembro de 2022, de Turismo: <https://prodesi.ao/sectores/turismo/o-sector-em-angola>
- Ramos, A. D., & Jiménez, P. (2008). *Tourism Development: Economics, Management and Strategy*. New York: Nova Science Publishers, Inc.
- Ramos, S. M. (2017). *Desenvolvimento do Turismo em Luanda. Turismo de Negócios, Gestão e Sustentabilidade (Tese de Doutoramento)*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Ramutsindela, M., & Mickler, D. (2020). *Africa and the Sustainable Development Goals*. Switzerland: Springer Nature Switzerland AG. doi:10.1007/978-3-030-14857-7
- Rocha, H. O. (2013). Dominant Development Paradigms: A Review and Integration. *Journal of Markets & Morality*, 16(1), pp. 7-24.
- Rocha, M. J. (2017). *A Economia Angolana em 2015, 2016 e 2017. Textos de Reflexão*. Angola: Texto Editores.
- Silva, J. S. (2013). Turismo interno: A conceptualização e a cobertura estatística. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, pp. 151-165.
- Sokhanvar, A., Çiftçioğlu, S., & Javid, E. (2018). Another look at tourism- economic development nexus. *Tourism Management Perspectives*, 26, pp. 97-106.
doi:10.1016/j.tmp.2018.03.002

- Teddlie, C., & Tashakkori, A. (2009). *Mixed Methods Research. Integrating Quantitative and Qualitative Approaches in the Social and Behavioral Sciences*. United States of America: SAGE Publications, Inc.
- Telfer, D. J., & Sharpley, R. (2008). *Tourism and Development in the Developing World*. USA: Routledge.
- Theobald, W. F. (2005). *Global Tourism* (3 th ed.). United States of America: Elsevier Inc.
- TSF Rádio Notícias . (2009). *Angola promete fazer o melhor Campeonato Africano das Nações*. Obtido em 02 de Novembro de 2022, de Angola: <https://www.tsf.pt/desporto/angola-promete-fazer-o-melhor-campeonato-africano-das-nacoes-1263054.html>
- União Europeia. (2022). *Desenvolvimento sustentável*. Obtido em 18 de Outubro de 2022, de EUR-Lex União Europeia: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:sustainable_development
- United Nations. (1963). Definition of "Tourist" or "Temporary Visitor". *United Nations Conference on International travel and Tourism*, pp. 1-32.
- United Nations Environment Programme (UNEP) and World Tourism Organization (WTO). (2005). *Making Tourism More Sustainable. A Guide for Policy Makers*. Madrid, Spain: United Nations Environment Programme (UNEP) and World Tourism Organization (WTO).
- United Nations Environment Programme (UNEP) and World Tourism Organization (WTO). (2008). *Climate Change and Tourism – Responding to Global Challenges*. Madrid, Spain: World Tourism Organization and the United Nations Environment Programme.
- Vita, A. (31 de Agosto de 2021). Os resultados da estratégia para o turismo ainda são incipientes. *Jornal de Angola*. (V. Mateus, Entrevistador)
doi:<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/os-resultados-da-estrategia-para-o-turismo-ainda-sao-incipientes/>
- World Commission on Environment and Development. (1987). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*. Obtido em 20 de Outubro de 2022, de United Nations. Digital Library: <https://digitallibrary.un.org/record/139811>
- World Tourism Organization (UNWTO). (2023). *145 Key Tourism Statistics*. Obtido em 04 de Março de 2023, de Tourism Statistics Database: <https://www.unwto.org/tourism-statistics/key-tourism-statistics>

Wu, K.-J., Zhu, Y., Chen, Q., & Tseng, M.-L. (2019). Building sustainable tourism hierarchical framework: Coordinated triple bottom line approach in linguistic preferences. *Journal of Cleaner Production*, 229, pp. 157-168. doi:10.1016/j.jclepro.2019.04.212

Anexos

Anexo 1 – Acordos sobre Isenção/Supressão e Facilitação de Vistos em Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Ordinários



República de Angola
Ministério das Relações Exteriores
Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa

ACORDOS SOBRE ISENÇÃO/SUPRESSÃO E FACILITAÇÃO DE VISTOS EM PASSAPORTES DIPLOMÁTICOS, DE SERVIÇO E ORDINÁRIOS

ACORDOS BILATERAIS

I. Acordos Com os Países Africanos

Países	Designação
República da África do Sul	Acordo de Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço , de 28.02.2003.
	Acordo de isenção para a concessão de vistos de turismo .
República da Namíbia	Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos , de Serviço e Ordinários , de 07.10.2005.
República do Botswana	Acordo de isenção para a concessão de vistos de turismo .
República das Maurícias	Declaração entre as Partes sobre isenção para a concessão de vistos de turismo , ao abrigo da reciprocidade.
República das Seychelles	Declaração entre as Partes sobre isenção para a concessão de vistos de turismo , ao abrigo da reciprocidade.
República do Zimbabwe	Acordo de isenção para a concessão de vistos de turismo .

República de Cabo Verde	Alteração do Decreto Presidencial nº 56/18 , de 20 de Fevereiro, que isenta os cidadãos da República de Cabo Verde do visto de Turismo em Passaporte Ordinário (01.07.2018).
República do Ruanda	Alteração do Decreto Presidencial nº 56/18 , de 20 de Fevereiro, que isenta os cidadãos da República de Cabo Verde do visto de Turismo em Passaporte Ordinário (01.07.2018).
República de Moçambique	Acordo sobre isenção recíproca de Vistos em Passaportes Diplomáticos , de Serviço (21.09.2014) e Ordinários (17.11.2017).
República de Democrática do Congo	Acordo sobre Supressão de vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço ou Especial , assinado aos 11 de Fevereiro de 2015, em Kinshasa.
República do Malawi	Reciprocidade à facilitação de vistos de Turismo em Passaportes Ordinários .
República de São Tomé e Príncipe	Reciprocidade à facilitação de vistos de Turismo em Passaportes Ordinários .
Reino de Marrocos	Reciprocidade à facilitação de vistos de Turismo em Passaportes Ordinários .
Reino da Suazilândia	Reciprocidade à facilitação de vistos de Turismo em Passaportes Ordinários .
República Popular e Democrática Argélia	Reciprocidade à facilitação de vistos de turismo em Passaportes Ordinários .
República da Zâmbia	Reciprocidade à facilitação de vistos DE Turismo em Passaportes Ordinários .
	Acordo sobre isenção de vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço.

II. Acordos Com os Países da América

País	Designação
República da Argentina	Acordo sobre a Supressão de vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço (Março de 2012)
	Reciprocidade à facilitação de vistos de Turismo em Passaportes Ordinários .
República Oriental do Uruguai	Acordo sobre supressão de vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais e ou de Serviço (26.02.2013).
	Reciprocidade à facilitação de vistos de Turismo em Passaportes Ordinários .

República Federativa do Brasil	Acordo sobre supressão de vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais e ou de Serviço (31.05.1999)
	Reciprocidade à facilitação de vistos de Turismo em Passaportes Ordinários .
Domínio do Canadá	Acordo sobre facilitação de vistos de Turismo em Passaportes Ordinários .
República do Chile	Acordo sobre facilitação de vistos em Passaportes Ordinários .
República de Cuba	Acordo sobre isenção de vistos de Turismo em Passaportes Diplomáticos, Oficiais e ou de Serviço
	Reciprocidade à facilitação de vistos de Turismo em Passaportes Ordinários .
Estados Unidos da América	Acordo sobre facilitação de vistos de Turismo em Passaportes Ordinários .
República Bolivariana da Venezuela	Acordo sobre facilitação de vistos de Turismo em Passaportes Ordinários .
Equador	Acordo sobre isenção de vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais e ou de Serviço

III. Acordos com os países da Europa

➤ Facilitação

País	Designação
Reino de Espanha	Acordo de Supressão de vistos para titulares de Passaportes Diplomáticos (03.02.2014)
França	Acordo sobre isenção recíproca de visto de Curta Permanência para portadores de Passaportes Diplomáticos e de Serviço (07.12.2013)
	Acordo relativo a facilitação de vistos e de Permanência de Profissionais e Estagiários (18.12.2014)
Itália	Acordo sobre isenção recíproca de vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço (18.06.2012)
Portugal	Acordo sobre Supressão de vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço (05.02.2013)
	Memorando de Entendimento sobre Pedidos de Vistos (05.04.2006).
	Protocolo Bilateral sobre Facilitação de Vistos (15.09.2011)

Suíça	Acordo sobre isenção recíproca de vistos para titulares de Passaportes Diplomáticos e de Serviço (05.02.2013)
Todos os países da União Europeia	Reciprocidade à facilitação de vistos de Turismo em Passaportes Ordinários .
Reino da Noruega	Reciprocidade à facilitação de vistos de Turismo em Passaportes Ordinários .
Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte	Reciprocidade à facilitação de vistos de Turismo em Passaportes Ordinários .
República da Islândia	Reciprocidade à facilitação de vistos de Turismo em Passaportes Ordinários .
Principado do Mónaco	Reciprocidade à facilitação de vistos de Turismo em Passaportes Ordinários .
Federação Russa	Acordo sobre Supressão de Vistos (26.02.1999) Reciprocidade à facilitação de vistos em Passaportes Ordinários .
Conselho Federal Suíço	Reciprocidade à facilitação de vistos em Passaportes Ordinários .
Estado do Vaticano	Reciprocidade à facilitação de vistos em Passaportes Ordinários .

IV. Acordos com os Países da Ásia

➤ Facilitação

Países	Designação
República da Coreia do Sul	Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço (06.08.2009)
	Reciprocidade à facilitação de vistos em Passaportes Ordinários .
Emirados Árabes Unidos	Acordo sobre facilitação de vistos em Passaportes Ordinários .
República Popular da China	Acordo sobre Isenção Mútua de Vistos para titulares de Passaportes Diplomáticos e de Serviço (14.10.2014).
	Reciprocidade à facilitação de vistos em Passaportes Ordinários .
Vietname	Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviço (03.04.2008)
República da Índia	Reciprocidade à facilitação de vistos em Passaportes Ordinários .
República da Indonésia	Acordo sobre Isenção Mútua de Vistos para titulares de Passaportes Diplomáticos e de Serviço (Jakarta, 11.04.2017).
	Reciprocidade à facilitação de vistos em Passaportes Ordinários .

Estado de Israel	Reciprocidade à facilitação de vistos em Passaportes Ordinários .
Estado do Japão	Reciprocidade à facilitação de vistos em Passaportes Ordinários .

V. Acordos Com os Países da Oceânia

➤ Facilitação

Países	Designação
Comunidade da Austrália	Reciprocidade à facilitação de vistos em Passaportes Ordinários .
Reino da Nova Zelândia	Reciprocidade à facilitação de vistos em Passaportes Ordinários .
República Democrática de Timor Leste	Reciprocidade à facilitação de vistos em Passaportes Ordinários .

Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa, do Ministério das Relações Exteriores Luanda, 12 de Fevereiro de 2019.

Preparado por: **Direcção dos Assuntos Jurídicos, Tratados e Contencioso/MIREX**

Apêndices

Apêndice 1 – Questionário

A política de vistos e a sua influência no desenvolvimento do Turismo externo em Angola

Este questionário enquadra-se no âmbito do Mestrado em Economia da Universidade Lusófona de Lisboa com o tema "A Política de Vistos e a sua influência no desenvolvimento do Turismo externo em Angola". Pretendemos contribuir para um melhor conhecimento sobre o tema, pelo que a sua colaboração através do preenchimento do questionário é fundamental. Todos os dados recolhidos são anónimos e confidenciais. Se pretender algum esclarecimento sobre este estudo, por favor contacte Elizabeth Afonso pelo e-mail: elizabethafonso.mestrado@gmail.com. Obrigada pela sua colaboração.

*Obrigatório

1. Idade *

2. Sexo *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Masculino
☐ Feminino

3. Habilitações *

Marcar tudo o que for aplicável.

- ☐ Ensino Básico
☐ Ensino Secundário
☐ Ensino Superior

4. Estado Civil

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Solteiro
☐ Casado/União de facto
☐ Divorciado
☐ Viúvo

5. Indique por favor o tipo de entidade em que desenvolve maioritariamente actividade profissional. *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Operador Turístico e Agência de Viagens
☐ Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos
☐ Empresas de Restauração e Similares
☐ Estabelecimento Hoteleiro/Alojamento
☐ Empresas de Consultoria de Turismo
☐ Instituições de Ensino Superior
☐ Associações Empresariais de Turismo
☐ Organismos e Serviços Governamentais
☐ Outra:

6. Como classifica o contributo do Plano Director do Turismo de Angola no desenvolvimento do Turismo do pais? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Muito Insuficiente
☐ Insuficiente
☐ Suficiente
☐ Muito Suficiente

7. Como considera as medidas de apoio do governo no desenvolvimento do Turismo em Angola? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Muito Insuficientes
☐ Insuficientes
☐ Suficientes
☐ Muito Suficientes

8. Das seguintes questões qual o grau de importância que atribui a cada uma para impulsionar o desenvolvimento do Turismo externo em Angola? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante
Aumentar o número de ligações áreas	☐	☐	☐	☐
Melhorar as infra- estruturas rodoviárias	☐	☐	☐	☐
Atrair mais Cruzeiros	☐	☐	☐	☐
Melhorar a qualidade dos serviços de Saúde	☐	☐	☐	☐
Reduzir a burocracia da atribuição de vistos turísticos	☐	☐	☐	☐
Criar condições propícias ao investimento privado	☐	☐	☐	☐
Aumentar a segurança interna	☐	☐	☐	☐
Reduzir as taxas de criminalidade	☐	☐	☐	☐

9. Que outros fatores considera importantes para impulsionar o desenvolvimento do Turismo externo em Angola?

10. Considera que a Política de Vistos em vigor representa um incentivo para a deslocação para outros destinos em detrimento de Angola? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo Totalmente
☐ Discordo
☐ Concordo
☐ Concordo Totalmente

11. No contexto da Política de Vistos de Turismo, quais considera serem os maiores entraves à dinamização do Turismo externo? *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
Morosidade dos Serviços das Missões Diplomáticas e Consulares de Angola	☐	☐	☐	☐
Complexidade da Plataforma Online do Serviço de Migração e Estrangeiros de Angola	☐	☐	☐	☐
Excesso de documentação solicitada pelo Serviço de Migração e Estrangeiros de Angola	☐	☐	☐	☐
Dificuldade de acesso aos Serviços de Migração e Estrangeiros de Angola	☐	☐	☐	☐
Custo do Visto de Turismo	☐	☐	☐	☐
Não cumprimento dos prazos previstos na lei de atribuição de vistos pelos Serviços Competentes	☐	☐	☐	☐

12. Na legislação em vigor sobre a Política de Vistos Angolana, os seguintes países africanos estão isentos de Visto de Turismo em estadias até 30 dias por entrada e 90 dias por ano. Indique o seu grande de concordância com esta isenção para cada um dos países. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
África do Sul	☐	☐	☐	☐
Botswana	☐	☐	☐	☐
Ilhas Maurícias	☐	☐	☐	☐
Seychelles	☐	☐	☐	☐
Zimbabwe	☐	☐	☐	☐
Cabo Verde	☐	☐	☐	☐
Ruanda	☐	☐	☐	☐
Moçambique	☐	☐	☐	☐

13. A legislação em vigor consagra o regime de isenção de Vistos, mas também um regime simplificado para facilitação da atribuição Vistos de Turismo a cidadãos de 35 países. Considera que se deveria isentar de Visto de Turismo mais países, em vez de simplificar só os procedimentos? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Discordo totalmente
☐ Discordo
☐ Concordo
☐ Concordo totalmente

14. Que países considera que Angola deveria isentar de Visto de Turismo? *

15. Qual o grau de probabilidade que associa entre o processo de facilitação do Visto de Turismo e o fomento da migração ilegal? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Muito improvável
☐ Improvável
☐ Neutro
☐ Provável
☐ Muito Provável

16. Qual o grau de probabilidade que associa entre o processo de facilitação do Visto de Turismo e o desenvolvimento do turismo externo? *

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Muito improvável
- ☐ Improvável
- ☐ Neutro
- ☐ Provável
- ☐ Muito Provável

17. Observações

Muito obrigada pela sua participação.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google.

Google Formulários

Apendice 2 – Transcrição das Entrevistas

1º Entrevistado

Nome do entrevistado: Eugénio Kango Clemente

Sua trajetória no sector do turismo:

- De 2009 à 2013- Assessor do Ministro do Turismo para área de Comunicação;
- De 2013 a 2018- Diretor Geral do INFOTUR (Instituto de Fomento Turístico).
- Atualmente é consultor turístico.

Questões

1. Quais os principais fatores que considera que representam um forte obstáculo ao desenvolvimento do Turismo externo em Angola?

Resposta:

Em 2011 Angola aprovou um Plano Diretor, que tinha como objetivo atrair o turismo externo, mas era necessário que se fomentasse o turismo regional (Países da SADC). Entre 2011- 2017, não houve um forte impulso de fora para dentro, o que mostra que este plano não atingiu o seu objetivo. O sector encontra ainda muitas dificuldades em passar a sua mensagem, tanto no interior como no exterior, o que dificulta o avanço da sua atividade. Assim, o sector não consegue resolver por si só. É necessária uma intervenção para haver um fomento como tal. Um dos principais fatores impeditivos é a falta de consciencialização sobre o turismo interno. Deve-se incutir em cada cidadão angolano os costumes da boa convivência (limpeza), isto é, não deitar o lixo na rua, para garantir uma cidade limpa que atraia a atenção dos possíveis turistas. O outro fator é a baixa remuneração dos funcionários do sector. A questão da formação do pessoal também é mencionada aqui, pois muitos não dominam nenhuma língua estrangeira, o que dificulta a comunicação com os turistas; Não existe uma rede de transportes para o apoio aos turistas tal com se vê noutros lugares do mundo, cada um encontra meios próprios para visitar algum ponto turístico distante, o que faz com que o turista não queira regressar por falta de condições para tal. Não existe um mapa ou um leque de atratividade para atrair mais turistas a conhecer o País.

2. Relativamente à Política de Vistos, qual é a sua opinião. Acha que Angola deveria facilitar mais as entradas com Vistos de Turismo ou pelo contrário deveria ainda ser mais seletiva? O que acha mais adequado simplificar procedimentos de atribuição de Vistos de Turismo, ou isentar cidadãos da obrigatoriedade de Visto de Turismo por país/nacionalidade.

Resposta:

Devia facilitar, pois, mais turistas teriam interesse em conhecer o País; os dois métodos podem ser válidos por entrada. O mais importante é que haja um controlo por parte das autoridades, que haja uma base de dados rigorosa para identificação de todo turista que entra e sai no devido tempo. Claramente existem países que há a necessidade de uma selecção pois constituem um risco para o País.

3. A legislação em vigor consagra um regime de isenção de Vistos de Turismo em estadias até 30 dias por entrada e 90 dias por ano para alguns países, nomeadamente, África do Sul, Botswana, Ilhas Maurícias, Seychelles, Zimbabwe, Cabo Verde, Ruanda e Moçambique, concorda com esta legislação? Que outros países considera que Angola deveria isentar de Visto de Turismo? Porquê?

Resposta:

Concorda sim pois, países como Cabo-Verde, África do Sul, Botswana, Ilhas Maurícias e tantos outros, com o nível de crescimento no sector do Turismo, podem de certa forma contribuir para alavancar o crescimento do sector em Angola. Os outros países que deveriam ser isentos seriam: a Rússia, Alemanha, Grã-Bretanha, por possuírem grande experiência no que toca a atividade turística. Eles podiam de certa forma contribuir para o fomento do turismo no nosso País.

4. Considera que um processo de facilitação de Vistos de Turismo pode fomentar a migração ilegal em Angola? Que países considera que podem representar um elevado risco de migração ilegal?

Resposta:

A facilitação de vistos é sempre um processo bem-vindo pois, diminui os transtornos que o turista pode vir a ter na obtenção do visto. Este processo só vai fomentar a migração ilegal caso não haja um controlo por parte das autoridades locais;

Os países que podem representar um risco de migração são os considerados “de Risco”, conhecidos como os que estão ligados ao terrorismo. Estes sim devem ser controlados desde a altura do pedido de visto até ao momento em que, caso lhes sejam atribuídos os vistos.

2º Entrevistado

Nome do entrevistado: Geovânia Carmelino de Sousa

Profissão: Gestão Turística

Cargo: Directora de vendas do Hotel Palmeiras Tal atona-Luanda

Questões

1. Quais os principais fatores que considera que representam um forte obstáculo ao desenvolvimento do Turismo externo em Angola?

Resposta:

Um dos fatores é a falta do próprio investimento para a capitalização do turismo. Angola peca no sentido da promoção e falta de exploração do Turismo. Existem poucos hotéis virados ao Turismo, há pouca divulgação e muita dependência. A promoção do Turismo não é suficiente para que o sector atinja níveis elevados. A atividade turística em Angola é maioritariamente desenvolvida pelo sector privado, o que torna ainda mais pesado para o próprio privado desenvolver a sua atividade. São necessários apoios institucionais para haver fomento do turismo como tal, os hotéis existentes em Angola hospedam os turistas sem ter em atenção as atividades que podem de certa forma atrair a sua atenção tais como: visitas a lugares históricos, paisagens naturais, aldeias, etc.

2. Relativamente à Política de Vistos, qual é a sua opinião. Acha que Angola deveria facilitar mais as entradas com Vistos de Turismo ou pelo contrário deveria ainda ser mais seletiva? O que acha mais adequado, simplificar procedimentos de atribuição de Vistos de Turismo, ou isentar cidadãos da obrigatoriedade de Visto de Turismo por país/nacionalidade?

Resposta:

É muito importante que se facilite a entrada com vistos de turismo sim, o que leva a um maior interesse por parte do turista em conhecer o País;

Tanto um como o outro podem ser aplicados, tudo vai depender do País de procedência.

3. A legislação em vigor consagra um regime de isenção de Vistos de Turismo em estadias até 30 dias por entrada e 90 dias por ano para alguns países, nomeadamente, África do Sul, Botswana, Ilhas Maurícias, Seychelles, Zimbabwe, Cabo Verde, Ruanda e Moçambique, concorda com esta legislação? Que outros países considera que Angola deveria isentar de Visto de Turismo? Porquê?

Resposta:

Concorda, pois teriam grande impacto no desenvolvimento do turismo em Angola, pela sua vasta experiência na área;

Alguns dos países emergentes são exemplo para isenção de visto de turismo, tais como; China, Brasil, Rússia, etc. Por terem um grau de desenvolvimento considerado positivo.

4. Considera que um processo de facilitação de Vistos de Turismo pode fomentar a migração ilegal em Angola? Que países considera que podem representar um elevado risco de migração ilegal?

Resposta:

Sim e não. Tudo vai depender do grau de organização e controlo governamental;

Países em conflitos armados e os considerados de risco ou com um índice de terrorismo elevado;

3º Entrevistado

Nome do entrevistado: Domingos Manuel

Profissão: Agente Turístico e Professor Universitário

Questões

1. Quais os principais fatores que considera que representam um forte obstáculo ao desenvolvimento do Turismo externo em Angola?

Resposta:

A falta de investimentos no sector do turismo tais como em infraestruturas rodoviárias, ferroviárias, aéreas e hoteleiras, constituem obstáculos ao desenvolvimento do turismo externo em Angola, a burocracia nas representações consulares também é um obstáculo, os custos elevados para obtenção dos vistos, a qualificação e preparação dos envolvidos é fraca;

Em suma, o sector precisa de um forte impulsionamento por parte das instituições governamentais e não só para conseguir atrair mais turistas.

2. Relativamente à Política de Vistos, qual é a sua opinião. Acha que Angola deveria facilitar mais as entradas com Vistos de Turismo ou pelo contrário deveria ainda ser mais seletiva? O que acha mais adequado, simplificar procedimentos de atribuição de Vistos de Turismo, ou isentar cidadãos da obrigatoriedade de Visto de Turismo por país/nacionalidade?

Resposta:

Penso que Angola deve facilitar mais as entradas com visto de Turismo tendo em conta que se pretende atrair mais turistas para o País. Para alguns países e principalmente os emergentes, podem ou devem beneficiar de isenção de vistos porque estes podem de alguma forma contribuir para o próprio crescimento do Turismo nacional. A simplificação também pode existir tendo em conta o controlo dos cidadãos que entram no País.

3. A legislação em vigor consagra um regime de isenção de Vistos de Turismo em estadias até 30 dias por entrada e 90 dias por ano para alguns países, nomeadamente, África do Sul, Botswana, Ilhas Maurícias, Seychelles, Zimbabwe, Cabo Verde, Ruanda e Moçambique, concorda com esta legislação? Que outros países considera que Angola deveria isentar de Visto de Turismo? Porquê?

Resposta:

Concordo sim pois, estes países têm uma vasta experiência no sector e de certa forma será uma mais-valia para o turismo no país. Podem introduzir o safari, as viagens para outras cidades do país e muito mais; os países que Angola deve isentar de vistos de Turismo são: Alemanha, França, Grécia, Dubai, porque são Países com grande potencial e experiência no ramo do turismo.

4. Considera que um processo de facilitação de vistos de Turismo pode fomentar a migração ilegal em Angola? Que países considera que podem representar um elevado risco de migração ilegal?

Resposta:

A resposta é sim porque um dos fatores que influencia a migração ilegal é mesmo a isenção de vistos associada a falta de controlo das autoridades competentes; RDC, RCA, Iémen, isto é; Países em conflito armado ou os potenciais terroristas.